

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	20
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	571.644
Preferenciais	1.119.341
Total	1.690.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.290
Preferenciais	1
Total	2.291

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,09441
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,10385
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15908
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,17499
Reunião do Conselho de Administração	18/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,10385
Reunião do Conselho de Administração	18/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,11424
Reunião do Conselho de Administração	17/06/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,07600
Reunião do Conselho de Administração	17/06/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,08360
Reunião do Conselho de Administração	19/09/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,30684
Reunião do Conselho de Administração	19/09/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,33752

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	101.310.301	97.572.695
1.01	Ativo Circulante	17.531.054	15.185.519
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.365.248	4.206.595
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	125.662	201.294
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.239.586	4.005.301
1.01.03	Contas a Receber	8.215.291	7.000.379
1.01.04	Estoques	453.324	558.264
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.203.723	2.164.544
1.01.07	Despesas Antecipadas	480.840	317.325
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	812.628	938.412
1.01.08.03	Outros	812.628	938.412
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	265.789	283.955
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	64.046	81.306
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	283.365	235.343
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	0	18.645
1.01.08.03.05	Outros Ativos	199.428	319.163
1.02	Ativo Não Circulante	83.779.247	82.387.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.392.014	6.027.868
1.02.01.03	Contas a Receber	215.041	217.621
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	38.699	28.632
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.012	4.747
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.135.262	5.776.868
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	672.291	337.477
1.02.01.09.04	Tributos Diferidos	281.549	0
1.02.01.09.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.860.766	4.880.489
1.02.01.09.06	Aplicações Financeiras em Garantia	105.547	90.863
1.02.01.09.07	Operações com Derivativos	168.051	417.558
1.02.01.09.08	Outros Ativos	47.058	50.481
1.02.02	Investimentos	1.188.799	24.342.692
1.02.02.01	Participações Societárias	1.188.799	24.342.692
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	887.074	8.730.749
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	88.138	99.902
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	213.587	15.512.041
1.02.03	Imobilizado	30.658.685	22.019.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.298.900	20.247.308
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.359.785	1.771.768
1.02.04	Intangível	44.539.749	29.997.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	101.310.301	97.572.695
2.01	Passivo Circulante	20.061.171	15.948.843
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	763.654	520.023
2.01.01.01	Obrigações Sociais	507.984	265.100
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	255.670	254.923
2.01.02	Fornecedores	7.128.441	7.496.947
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.472.735	1.175.293
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	472.555	269.877
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	974.361	871.271
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	25.819	34.145
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.715.680	1.931.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.577.910	1.778.746
2.01.04.02	Debêntures	2.100.875	120.924
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	36.895	32.291
2.01.05	Outras Obrigações	5.875.358	3.930.550
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	126.840	144.770
2.01.05.02	Outros	5.748.518	3.785.780
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.698.182	2.209.362
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	160.955	151.686
2.01.05.02.05	Receita Diferida	440.069	562.601
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.449.312	862.131
2.01.06	Provisões	1.105.303	894.069
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.105.303	894.069
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	171.086	121.562
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	934.217	772.507
2.02	Passivo Não Circulante	12.585.419	13.056.610
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.128.519	6.565.777
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.409.947	2.902.748
2.02.01.02	Debêntures	1.433.216	3.423.790
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	285.356	239.239
2.02.02	Outras Obrigações	479.333	821.464
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.872	36.567
2.02.02.02	Outros	458.461	784.897
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	60.579	82.421
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	58.700	57.416
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	32.571	19.808
2.02.02.02.06	Fornecedores	73.631	0
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	232.980	625.252
2.02.03	Tributos Diferidos	0	155.951
2.02.04	Provisões	6.429.547	5.154.455
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.117.459	4.568.721
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.974.150	2.684.924
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.147.710	1.018.930
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	81.925	76.616
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	913.674	788.251
2.02.04.02	Outras Provisões	1.312.088	585.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.04	Provisão da Desmantelamento	433.449	298.751
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	878.639	286.983
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	548.020	358.963
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	548.020	358.963
2.03	Patrimônio Líquido	68.663.711	68.567.242
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.272.564	1.272.564
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.435.757	1.435.757
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.805	-87.805
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação Societária	-75.388	-75.388
2.03.04	Reservas de Lucros	2.418.075	3.697.794
2.03.04.01	Reserva Legal	1.703.643	1.703.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	14.432	6.928
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.287.223
2.03.04.10	Retenção de Lucros Para Expansão e Modernização	700.000	700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.393.060	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.596	25.468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.111.110	28.381.864	8.536.988	25.373.145
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.965.161	-14.129.562	-4.315.136	-12.907.993
3.03	Resultado Bruto	5.145.949	14.252.302	4.221.852	12.465.152
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.777.298	-9.983.186	-3.113.820	-9.303.927
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.124.939	-8.800.115	-2.759.439	-8.128.580
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-677.987	-1.896.866	-395.064	-1.272.797
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	84.872	806.809	160.446	404.158
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-232.034	-716.184	-300.546	-814.943
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	172.790	623.170	180.783	508.235
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.368.651	4.269.116	1.108.032	3.161.225
3.06	Resultado Financeiro	-319.263	-943.969	-127.000	-319.551
3.06.01	Receitas Financeiras	553.041	1.999.751	644.720	2.783.429
3.06.02	Despesas Financeiras	-872.304	-2.943.720	-771.720	-3.102.980
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.049.388	3.325.147	981.032	2.841.674
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.698	-454.731	-94.867	-505.974
3.08.01	Corrente	75.059	-184.998	-21.072	-362.113
3.08.02	Diferido	-171.757	-269.733	-73.795	-143.861
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52909	1,59412	0,49214	1,53783
3.99.01.02	PN	0,58200	1,75353	0,54136	1,69161

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.167	-16.872	5.589	-212.833
4.02.01	Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	442	270	-854	-1.637
4.02.02	Tributos sobre Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	-150	-92	291	557
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	11.519	-5.758	-22.757	-359.932
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-3.916	1.958	7.737	122.377
4.02.05	Ganhos (Perdas) nos Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	1.272	-13.250	20.690	25.900
4.02.06	Perdas na Participação no Resultado Abrangente das Subsidiárias	0	0	482	-98
4.03	Resultado Abrangente do Período	961.857	2.853.544	891.754	2.122.867

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.914.086	4.537.291
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.914.373	9.175.286
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	3.325.147	2.841.674
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.355.847	4.219.008
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	33.785	-62.384
6.01.01.04	Variações Monetárias	442.997	212.673
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-623.170	-508.235
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa/Alienação de Bens	-444.501	32.727
6.01.01.07	Perdas Estimadas Para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	900.456	824.644
6.01.01.08	Provisão de Fornecedores	488.222	328.489
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Realizável dos Estoques e Obsolescência	-25.237	-21.823
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	-3.646	32.392
6.01.01.11	Provisões Para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	713.451	653.119
6.01.01.12	Despesas de Juros	791.998	576.612
6.01.01.13	Outros	-40.976	46.390
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.000.287	-4.637.995
6.01.02.01	Contas a Receber	-995.452	-1.280.934
6.01.02.02	Estoques	130.177	-116.938
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-191.101	-213.381
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-35.009	-91.973
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	114.698	-13.437
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	38.179	-136.204
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	70.105	-164.389
6.01.02.08	Fornecedores	-1.189.442	-531.189
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-43.163	-95.669
6.01.02.10	Juros Pagos	-703.415	-616.149
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-190.670	0
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-385.542	-917.984
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-619.652	-459.748
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.181.669	-16.073.619
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-4.930.661	-4.486.329
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	771.757	16.054
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-148.895	6.044
6.02.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	767.551	698.911
6.02.05	Aquisição de Sociedade, Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos de R\$399.241	0	-8.903.954
6.02.06	Aumento de Capital em Controlada	0	-4.087.040
6.02.07	Recebimento Líquido dos Contratos de Derivativos na Aquisição de Sociedade	0	682.695
6.02.08	Caixa e Equivalentes de Caixa por Incorporação	358.579	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.573.764	12.994.899
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.726.423	-1.441.261
6.03.02	Captação de Empréstimos e Financiamentos	289.786	12.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.03	Recebimento (Pagamento) Líquido dos Contratos de Derivativos	-66.369	332.897
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-164	-143
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.070.594	-1.841.896
6.03.06	Aumento de Capital	0	16.107.285
6.03.07	Custos Diretos em Aumento de Capital	0	-86.758
6.03.08	Exercício do Direito de Recesso	0	-87.805
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.158.653	1.458.571
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.206.595	3.835.304
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.365.248	5.293.875

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.287.223	-1.469.852	0	-2.757.075
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.568.000	0	-1.568.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2015	0	0	-1.287.223	0	0	-1.287.223
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	98.148	0	98.148
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.870.416	-16.872	2.853.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.870.416	0	2.870.416
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.872	-16.872
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.504	-7.504	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	7.504	-7.504	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.272.564	2.418.075	1.393.060	8.596	68.663.711

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.773.306	-1.343.100	-2.768.592	-1.331.377	0	20.330.237
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-270.000	0	-270.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.120.000	0	-1.120.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.768.592	0	0	-2.768.592
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	58.623	0	58.623
5.04.10	Aumento de Capital - AGE 28/04/2015	15.812.000	0	0	0	0	15.812.000
5.04.11	Custos Diretos Sobre Aumentos de Capital (Líquidos de Tributos) - AGE 28/04/2015	0	-62.812	0	0	0	-62.812
5.04.12	Aumento de Capital - AGE 30/04/2015	295.285	0	0	0	0	295.285
5.04.13	Custos Diretos Sobre Aumentos de Capital (Líquidos de Tributos) - AGE 30/04/2015	0	-3.776	0	0	0	-3.776
5.04.14	Aumento de Capital - Incorporação de Ações da GVTPart. - AGE 28/05/2015	9.666.021	-1.188.707	0	0	0	8.477.314
5.04.15	Exercício do Direito de Recesso - Aquisição GVTPart.	0	-87.805	0	0	0	-87.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.335.700	-212.833	2.122.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.335.700	0	2.335.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-212.833	-212.833
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.962	-2.962	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	2.962	-2.962	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.273.349	1.537.441	1.001.361	19.632	67.403.199

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	38.963.878	34.488.318
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.127.923	34.787.087
7.01.02	Outras Receitas	736.411	525.875
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-900.456	-824.644
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.534.013	-13.616.249
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.353.579	-7.363.586
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.638.664	-6.246.031
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	458.230	-6.632
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.429.865	20.872.069
7.04	Retenções	-5.355.847	-4.219.008
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.355.847	-4.219.008
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.074.018	16.653.061
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.622.921	3.291.664
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	623.170	508.235
7.06.02	Receitas Financeiras	1.999.751	2.783.429
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.696.939	19.944.725
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.696.939	19.944.725
7.08.01	Pessoal	2.873.617	2.045.579
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.005.797	1.443.751
7.08.01.02	Benefícios	731.294	505.003
7.08.01.03	F.G.T.S.	136.526	96.825
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.216.168	10.984.501
7.08.02.01	Federais	3.495.188	3.486.553
7.08.02.02	Estaduais	8.663.319	7.445.828
7.08.02.03	Municipais	57.661	52.120
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.736.738	4.578.945
7.08.03.01	Juros	2.900.586	3.051.977
7.08.03.02	Aluguéis	1.836.152	1.526.968
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.870.416	2.335.700
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.870.416	2.335.700

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	101.708.361	101.685.064
1.01	Ativo Circulante	18.434.577	17.909.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.794.566	5.336.845
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	128.499	233.742
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.666.067	5.103.103
1.01.03	Contas a Receber	8.576.650	8.285.319
1.01.04	Estoques	500.096	603.631
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.290.779	2.521.292
1.01.07	Despesas Antecipadas	489.331	356.446
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	783.155	805.770
1.01.08.03	Outros	783.155	805.770
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	230.036	157.389
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	64.046	81.306
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	283.397	235.343
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	0	489
1.01.08.03.05	Outros Ativos	205.676	331.243
1.02	Ativo Não Circulante	83.273.784	83.775.761
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.708.402	7.590.644
1.02.01.03	Contas a Receber	316.412	330.451
1.02.01.06	Tributos Diferidos	417.367	711.590
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	40.104	30.609
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.879	4.919
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.929.640	6.513.075
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	674.056	409.653
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.934.242	5.518.120
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	105.560	109.864
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	168.051	417.558
1.02.01.09.07	Outros Ativos	47.731	57.880
1.02.02	Investimentos	89.667	101.161
1.02.02.01	Participações Societárias	89.667	101.161
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	89.667	101.161
1.02.03	Imobilizado	30.722.438	30.476.765
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.351.123	28.626.031
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.371.315	1.850.734
1.02.04	Intangível	44.753.277	45.607.191

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	101.708.361	101.685.064
2.01	Passivo Circulante	20.417.052	17.981.713
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	778.904	698.846
2.01.01.01	Obrigações Sociais	518.160	383.834
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	260.744	315.012
2.01.02	Fornecedores	7.389.400	8.373.235
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.562.065	1.716.002
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	521.091	507.415
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.009.666	1.152.155
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	31.308	56.432
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.715.680	2.342.991
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.577.910	2.185.978
2.01.04.02	Debêntures	2.100.875	120.924
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	36.895	36.089
2.01.05	Outras Obrigações	5.865.700	3.936.262
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	109.699	118.214
2.01.05.02	Outros	5.756.001	3.818.048
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.698.182	2.209.362
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	160.955	151.686
2.01.05.02.05	Receita Diferida	441.793	564.557
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.455.071	892.443
2.01.06	Provisões	1.105.303	914.377
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.105.303	914.377
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	171.086	128.652
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	934.217	785.725
2.02	Passivo Não Circulante	12.627.598	15.136.109
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.128.519	7.878.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.409.947	4.193.914
2.02.01.02	Debêntures	1.433.216	3.423.790
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	285.356	260.595
2.02.02	Outras Obrigações	487.211	922.911
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.369	3.772
2.02.02.02	Outros	484.842	919.139
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	60.579	82.421
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	86.372	87.018
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	32.656	19.808
2.02.02.02.06	Fornecedores	73.631	67.742
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	231.604	662.150
2.02.04	Provisões	6.463.848	5.975.662
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.147.006	4.726.359
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.993.893	2.736.191
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.156.415	1.037.499
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	81.925	85.343
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	914.773	867.326
2.02.04.02	Outras Provisões	1.316.842	1.249.303
2.02.04.02.04	Provisão Para Desmantelamento	438.203	405.421

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	878.639	843.882
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	548.020	359.237
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	548.020	359.237
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	68.663.711	68.567.242
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.272.564	1.272.564
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.435.757	1.435.757
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.805	-87.805
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação Societária	-75.388	-75.388
2.03.04	Reservas de Lucros	2.418.075	3.697.794
2.03.04.01	Reserva Legal	1.703.643	1.703.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	14.432	6.928
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.287.223
2.03.04.10	Retenção de Lucros Para Expansão e Modernização	700.000	700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.393.060	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.596	25.468

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.693.365	31.634.810	10.580.780	29.525.983
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.272.970	-15.929.873	-5.381.782	-14.987.070
3.03	Resultado Bruto	5.420.395	15.704.937	5.198.998	14.538.913
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.982.394	-11.143.969	-3.863.690	-10.785.131
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.156.618	-9.247.283	-3.193.538	-8.875.775
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-676.739	-1.991.193	-488.001	-1.449.255
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	83.229	837.999	178.767	439.224
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-232.539	-744.489	-361.715	-900.794
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	273	997	797	1.469
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.438.001	4.560.968	1.335.308	3.753.782
3.06	Resultado Financeiro	-296.338	-919.190	-258.540	-647.919
3.06.01	Receitas Financeiras	579.518	2.100.151	1.436.135	3.661.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-875.856	-3.019.341	-1.694.675	-4.309.654
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.141.663	3.641.778	1.076.768	3.105.863
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-188.973	-771.362	-190.603	-770.163
3.08.01	Corrente	-818	-475.273	-145.268	-706.457
3.08.02	Diferido	-188.155	-296.089	-45.335	-63.706
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	952.690	2.870.416	886.165	2.335.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.167	-16.872	5.589	-212.833
4.02.01	Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	442	270	-854	-1.637
4.02.02	Tributos sobre Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	-150	-92	291	557
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	11.519	-5.758	-22.719	-359.779
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-3.916	1.958	7.737	122.377
4.02.05	Ganhos (Perdas) nos Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	1.272	-13.250	20.690	25.900
4.02.06	Perdas com Outros Resultados Abrangentes	0	0	444	-251
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	961.857	2.853.544	891.754	2.122.867
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	961.857	2.853.544	891.754	2.122.867

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.122.845	5.847.915
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.518.558	11.292.129
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	3.641.778	3.105.863
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.839.148	4.944.926
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	33.785	238.939
6.01.01.04	Variações Monetárias	433.041	202.798
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-997	-1.469
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa/Alienação de Bens	-448.560	42.742
6.01.01.07	Perdas Estimadas Para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	1.003.976	958.588
6.01.01.08	Provisão de Fornecedores	525.454	381.192
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Realizável dos Estoques e Obsolescência	-28.280	-23.431
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	-4.417	32.380
6.01.01.11	Provisões Para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	744.489	707.952
6.01.01.12	Despesas de Juros	832.491	649.997
6.01.01.13	Outros	-53.350	51.652
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.395.713	-5.444.214
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.281.268	-1.509.246
6.01.02.02	Estoques	131.815	-139.278
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-291.667	-280.487
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-43.807	-74.684
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	18.386	-114.917
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	13.418	-164.467
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	92.906	-141.914
6.01.02.08	Fornecedores	-905.318	-703.872
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	125.722	-14.609
6.01.02.10	Juros Pagos	-743.482	-689.452
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-484.591	-321.668
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-393.965	-838.822
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-633.862	-450.798
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.922.123	-13.069.439
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-5.526.491	-5.260.450
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	772.332	16.268
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-167.964	-3.247
6.02.04	Aquisição de Sociedade, Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos de R\$399.241	0	-8.504.713
6.02.05	Recebimento Líquido dos Contratos de Derivativos na Aquisição de Sociedade	0	682.695
6.02.06	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	0	8
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.743.001	8.844.076
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.895.660	-5.802.015
6.03.02	Captações de Empréstimos e Financiamentos	289.786	12.580
6.03.03	Recebimento (Pagamento) Líquido dos Contratos de Derivativos	-66.369	542.828
6.03.04	Pagamento Referentes a Grupamento de Ações	-164	-143

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.05	Pagamentos de dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-1.070.594	-1.841.896
6.03.06	Aumento de Capital	0	16.107.285
6.03.07	Custos Diretos em Aumento de Capital	0	-86.758
6.03.08	Exercício do Direito de Recesso	0	-87.805
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	457.721	1.622.552
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.336.845	4.692.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.794.566	6.315.241

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242	0	68.567.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242	0	68.567.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.287.223	-1.469.852	0	-2.757.075	0	-2.757.075
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.568.000	0	-1.568.000	0	-1.568.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2015	0	0	-1.287.223	0	0	-1.287.223	0	-1.287.223
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	98.148	0	98.148	0	98.148
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.870.416	-16.872	2.853.544	0	2.853.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.870.416	0	2.870.416	0	2.870.416
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.872	-16.872	0	-16.872
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.504	-7.504	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	7.504	-7.504	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.272.564	2.418.075	1.393.060	8.596	68.663.711	0	68.663.711

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.773.306	-1.343.100	-2.768.592	-1.331.377	0	20.330.237	0	20.330.237
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-270.000	0	-270.000	0	-270.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.120.000	0	-1.120.000	0	-1.120.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.768.592	0	0	-2.768.592	0	-2.768.592
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	58.623	0	58.623	0	58.623
5.04.10	Aumento de Capital - AGE 28/04/2015	15.812.000	0	0	0	0	15.812.000	0	15.812.000
5.04.11	Custos Diretos Sobre Aumentos de Capital (Líquidos de Tributos) - AGE 28/04/2015	0	-62.812	0	0	0	-62.812	0	-62.812
5.04.12	Aumento de Capital - AGE 30/04/2015	295.285	0	0	0	0	295.285	0	295.285
5.04.13	Custos Diretos Sobre Aumentos de Capital (Líquidos de Tributos) - AGE 30/04/2015	0	-3.776	0	0	0	-3.776	0	-3.776
5.04.14	Aumento de Capital - Incorporação de Ações da GVTPart. - AGE 28/05/2015	9.666.021	-1.188.707	0	0	0	8.477.314	0	8.477.314
5.04.15	Exercício do Direito de Recesso - Aquisição GVTPart.	0	-87.805	0	0	0	-87.805	0	-87.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.335.700	-212.833	2.122.867	0	2.122.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.335.700	0	2.335.700	0	2.335.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-212.833	-212.833	0	-212.833
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.962	-2.962	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	2.962	-2.962	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.273.349	1.537.441	1.001.361	19.632	67.403.199	0	67.403.199

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	42.976.277	39.859.025
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.098.784	39.962.840
7.01.02	Outras Receitas	881.469	854.773
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.003.976	-958.588
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.120.839	-15.531.835
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.715.021	-8.827.999
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.870.785	-6.686.192
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	464.967	-17.644
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.855.438	24.327.190
7.04	Retenções	-5.839.148	-4.944.926
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.839.148	-4.944.926
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.016.290	19.382.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.101.148	3.663.204
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	997	1.469
7.06.02	Receitas Financeiras	2.100.151	3.661.735
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.117.438	23.045.468
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.117.438	23.045.468
7.08.01	Pessoal	3.199.906	2.548.140
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.234.892	1.810.336
7.08.01.02	Benefícios	813.536	617.991
7.08.01.03	F.G.T.S.	151.478	119.813
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.108.272	12.219.756
7.08.02.01	Federais	3.981.118	4.067.893
7.08.02.02	Estaduais	9.030.324	8.011.626
7.08.02.03	Municipais	96.830	140.237
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.938.844	5.941.872
7.08.03.01	Juros	2.971.271	4.260.014
7.08.03.02	Aluguéis	1.967.573	1.681.858
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.870.416	2.335.700
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.870.416	2.335.700

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	3T16	3T15	Δ%	2T16	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Líquida Móvel	6.439,0	6.266,8	2,7	6.293,7	2,3	18.945,6	18.709,3	1,3
Receita de serviço móvel	6.131,7	5.844,5	4,9	5.984,1	2,5	18.026,9	17.564,9	2,6
Voz sainte	2.245,9	2.482,6	(9,5)	2.213,3	1,5	6.903,1	8.026,1	(14,0)
Interconexão	271,8	394,0	(31,0)	327,3	(17,0)	956,1	1.251,2	(23,6)
Dados e Serviços Digitais	3.612,9	2.930,9	23,3	3.399,7	6,3	10.120,9	8.219,8	23,1
Mensagem P2P	385,4	431,4	(10,6)	381,2	1,1	1.149,0	1.236,9	(7,1)
Internet	2.671,2	1.958,1	36,4	2.450,5	9,0	7.289,1	5.332,5	36,7
Serviços Digitais	556,3	541,4	2,8	568,0	(2,1)	1.682,8	1.650,4	2,0
Outros serviços	1,1	37,0	(97,1)	43,8	(97,6)	46,7	67,8	(31,1)
Receita Líquida de Aparelhos	307,3	422,3	(27,2)	309,7	(0,8)	918,7	1.144,4	(19,7)

Nota: A partir deste trimestre, para uma melhor compreensão do negócio e para melhor refletir os resultados das nossas iniciativas digitais, todas as receitas de serviços digitais e SVA foram alocadas na mesma linha. Com essa finalidade e, para fins comparativos, as informações históricas foram reclassificadas. Para obter o histórico completo das informações para os anos de 2015 e 2016, por favor acesse o website (www.telefonica.com.br/ri).

A receita líquida móvel apresentou incremento de 2,7% y-o-y no 3T16, em função da maior receita de serviço móvel, que apresentou variação positiva de 4,9% y-o-y no trimestre. Esta evolução foi impulsionada pela crescente receita de dados e serviços digitais, parcialmente compensada pela menor receita de venda de aparelhos (-27,2% y-o-y) e de voz, esta última afetada pelo efeito da redução de VU-M ocorrida em fevereiro de 2016. Excluindo o efeito regulatório, o crescimento da receita de serviço móvel do 3T16 seria de 7,0% y-o-y.

A receita de **voz sainte** reduziu 9,5% em relação ao 3T15, refletindo a crescente substituição por internet móvel, que mais do que compensa essa redução. O pré-pago também está impactado pelo volume de recargas efetuadas no período, cuja redução foi de 8,2% y-o-y, refletindo as condições macroeconômicas, porém já iniciando uma trajetória de melhora. No comparativo trimestral já temos uma evolução positiva, com crescimento de 1,8%.

A receita de **interconexão** foi 31,0% menor em comparação ao 3T15, principalmente em função da redução da tarifa de VU-M ocorrida em fevereiro de 2016 (-33,8%). Ao normalizar este efeito, a variação nas receitas de interconexão seria de -0,7% y-o-y no 3T16.

A receita de **dados e serviços digitais** apresentou crescimento de 23,3% y-o-y e mantém-se como a principal fonte de crescimento de receita da Companhia, reflexo da estratégia centrada em dados e da convergência dos serviços de voz para dados. Contribuíram para esse crescimento o *upselling de bundles* de dados, tanto nas ofertas pós-pagas quanto nas pré-pagas, combinado à maior penetração de *smartphones* e *webphones* em nossa base de clientes. No trimestre, a representatividade da receita de dados e serviços digitais sobre a receita líquida de serviço móvel aumentou para 58,9%, evoluindo 8,8 p.p. y-o-y.

A receita com **SMS** registrou redução de 10,6% y-o-y, em função do menor volume de SMS promocionais no período.

A receita de **internet móvel** registrou crescimento de 36,4% na comparação anual, com aumento em relação ao 2T16 e já representando 73,9% da receita de dados no 3T16. Esse desempenho está diretamente relacionado ao crescimento nos acessos de dados pós-pagos, principalmente em planos 4G, ao aumento da venda de pacotes avulsos de dados e ao crescente parque de *smartphones*. Ao final do 3T16, 77,6% da base de clientes já possuía *smartphones* ou *webphones*, uma evolução de 4,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

A receita de **Serviços Digitais** apresentou incremento de 2,8% no 3T16 quando comparadas ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse desempenho está relacionado ao maior uso serviços digitais. Aplicativos como o Vivo Música e o Nuvem do Jornaleiro e os serviços das plataformas de educação, como o Kantoo, e de segurança, como o Vivo Sync e o Vivo Segurança online, continuam apresentando desempenho positivo. Além disso, o forte desempenho do Vivo Ads reflete a estratégia da Companhia de incentivo ao consumo de SVAs premium.

A receita de **outros serviços** atingiu R\$1,1 milhão, uma redução de 97,1% em relação ao 3T15. Esta variação reflete a recuperação de impostos sobre notas fiscais contestadas no 3T15.

A **receita de aparelho móvel** apresentou redução de 27,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em função da estratégia comercial com foco em clientes de alto valor, principalmente no negócio corporativo.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	3T16	3T15	Δ%	2T16	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Líquida Fixa	4.254,4	4.314,0	(1,4)	4.216,3	0,9	12.689,2	12.663,6	0,2
Voz	1.860,4	2.019,6	(7,9)	1.924,2	(3,3)	5.735,0	5.968,8	(3,9)
Interconexão	57,9	118,8	(51,2)	55,7	4,0	217,4	374,7	(42,0)
Banda Larga	978,4	889,5	10,0	968,2	1,1	2.901,7	2.621,6	10,7
Dados Corporativos e TI	690,2	616,2	12,0	609,5	13,2	1.863,3	1.837,1	1,4
TV por assinatura	489,1	447,6	9,3	481,6	1,6	1.446,8	1.263,4	14,5
Outros serviços	178,4	222,3	(19,7)	177,2	0,7	524,9	598,0	(12,2)
% Dados / Receita Líquida	39,2%	34,9%	4,3 p.p.	37,4%	1,8 p.p.	37,6%	35,2%	2,3 p.p.

Nota: A Receita Líquida Fixa considera receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo"). A Receita de Banda Larga inclui clientes residenciais e pequenas e médias empresas.

A receita líquida do negócio fixo apresentou redução no 3T16 (-1,4% y-o-y), impactada pelo corte da VC fixo-móvel e pela redução da tarifa de interconexão fixa (TU-RL e TU-RIU), ambas ocorridas em fevereiro de 2016, parcialmente compensadas pela evolução positiva das receitas de banda larga, dados corporativos e TI e TV por assinatura. Excluindo o efeito negativo dos cortes de tarifa, a variação na receita líquida de serviços fixos seria de 1,2% no período.

A receita de **voz** apresentou redução de 7,9% no período em relação ao 3T15 devido principalmente ao menor tráfego B2B. Excluída a redução da VC (-20,6%), a redução da receita de voz seria de 4,8% no comparativo anual.

A receita de **interconexão** apresenta redução de 51,2% quando comparada ao 3T15, em razão da redução da TU-RL (-65,9%) e TU-RIU (-21,3%) ocorrida em fevereiro de 2016. Excluído esse efeito, a receita de interconexão apresentaria uma redução de 8,3%.

A receita de **banda larga** cresceu 10,0% y-o-y impulsionada pela evolução da receita de ultra banda larga, que representa aproximadamente 60% desta receita no período e cresce 19,3% no comparativo anual refletindo os esforços da Companhia direcionados ao aumento da base e à migração de clientes para velocidades mais altas, expandindo os acessos em fibra, que possuem maior ARPU.

A receita de **dados corporativos e TI** aumentou 12,0% y-o-y, devido às maiores receitas com novos contratos no atacado e no corporativo.

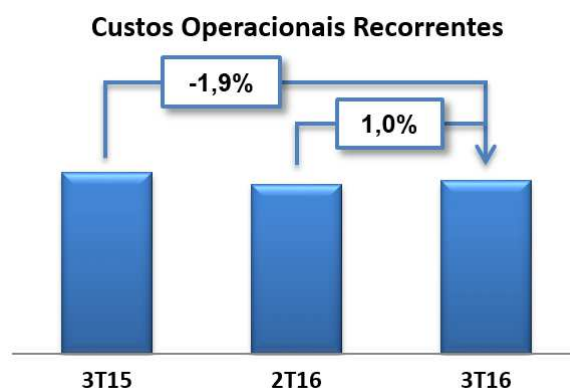
No 3T16, a receita de **TV por assinatura** registrou crescimento de 9,3% no comparativo anual. A Companhia mantém a estratégia mais seletiva para este serviço, com foco em produtos de maior valor, como IPTV, de forma a proporcionar a melhor experiência para o cliente e rentabilizar a base de assinantes.

Comentário do Desempenho

A receita com **outros serviços** reduziu 19,7% no comparativo anual, influenciada principalmente pela menor venda de equipamentos a grandes clientes corporativos.

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Consolidado em R\$ milhões	3T16	3T15	Δ%	2T16	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Custos Operacionais	(7.283,1)	(7.445,2)	(2,2)	(7.309,7)	(0,4)	(21.235,7)	(22.090,9)	(3,9)
Pessoal	(939,0)	(889,8)	5,5	(1.012,2)	(7,2)	(2.871,6)	(2.631,6)	9,1
Custo dos Serviços Prestados	(3.050,6)	(3.038,0)	0,4	(3.013,1)	1,2	(9.124,1)	(9.217,0)	(1,0)
Interconexão	(453,7)	(651,4)	(30,4)	(451,2)	0,6	(1.461,3)	(2.032,0)	(28,1)
Impostos, taxas e contribuições	(496,3)	(356,3)	39,3	(478,9)	3,6	(1.430,4)	(1.322,7)	8,1
Serviços de terceiros	(1.463,9)	(1.440,3)	1,6	(1.464,8)	(0,1)	(4.384,6)	(4.154,9)	5,5
Outros	(636,7)	(590,0)	7,9	(618,2)	3,0	(1.847,8)	(1.707,4)	8,2
Custo das Mercadorias Vendidas	(513,5)	(689,1)	(25,5)	(533,6)	(3,8)	(1.565,1)	(1.904,3)	(17,8)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(2.257,8)	(2.308,4)	(2,2)	(2.202,5)	2,5	(6.619,8)	(6.879,9)	(3,8)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(342,6)	(349,4)	(1,9)	(317,0)	8,1	(1.004,0)	(1.022,7)	(1,8)
Serviços de terceiros	(1.840,9)	(1.873,2)	(1,7)	(1.808,1)	1,8	(5.371,3)	(5.585,9)	(3,8)
Outros	(74,3)	(85,8)	(13,4)	(77,4)	(4,0)	(244,5)	(271,3)	(9,9)
Despesas Gerais e Administrativas	(372,9)	(336,9)	10,7	(390,1)	(4,4)	(1.148,6)	(988,1)	16,2
Serviços de terceiros	(292,3)	(261,3)	11,9	(294,5)	(0,7)	(908,7)	(802,0)	13,3
Outros	(80,6)	(75,6)	6,6	(95,6)	(15,7)	(239,9)	(186,1)	28,9
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(149,3)	(183,0)	(18,4)	(158,2)	(5,6)	93,5	(470,0)	n.d.



Os custos operacionais da Companhia, excluindo gastos com depreciação e amortização, registraram R\$7.283,1 milhões no 3T16, com redução de 2,2% no comparativo anual. Excluindo o efeito não recorrente relativo à reestruturação organizacional realizada no 3T15, no montante de R\$19,2 milhões, os custos apresentariam uma redução de 1,9% y-o-y, em um período em que a inflação acumulou 8,5% (IPCA). Na comparação com o trimestre anterior, os custos operacionais recorrentes mantiveram-se praticamente estáveis (+1,0%), já excluindo o efeito da provisão para reestruturação organizacional no 2T16.

O **custo de pessoal** apresentou incremento de 5,5% na comparação anual, principalmente em função da internalização de funcionários de campo e de call center, além do efeito do acordo coletivo. Esta internalização tem como foco a melhora na experiência dos clientes de alto valor e maior produtividade, com contrapartida em serviços de terceiros. Excluído os custos não-recorrentes relativos a reestruturação organizacional no 3T15, no montante de R\$19,2 milhões, os custos com pessoal aumentam 7,9%, mantendo a evolução abaixo da inflação do período.

O **custo dos serviços prestados** no 3T16 permaneceu praticamente estável em relação ao 3T15 (+0,4%), impactado positivamente pela redução de VU-M e da TU-RL/TU-RIU ocorrida em fevereiro de 2016. Excluindo este efeito, haveria um aumento de 6,1% y-o-y. Esta variação é explicada, principalmente, pelos maiores gastos com expansão da rede, parcialmente compensados pela redução em despesas com energia elétrica e internalização de mão-de-obra de campo.

Comentário do Desempenho

O **custo das mercadorias vendidas** no 3T16 reduziu 25,5% em comparação ao 3T15, refletindo o foco da Companhia em clientes de maior valor e melhor rentabilidade.

As **despesas de comercialização dos serviços** no 3T16 reduziram em 2,2% y-o-y, refletindo a racionalidade comercial, a captura de sinergias e a gradual melhora do ambiente macroeconômico.

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 3T16 fechou em R\$342,6 milhões e apresentou uma redução de 1,9% y-o-y, refletindo a efetividade das ações de cobrança, a eficiência na identificação do perfil de risco do cliente e os rígidos critérios de concessão de crédito adotados pela Companhia. Neste trimestre, o nível de inadimplência representou 3,2% da receita operacional líquida, uma redução de 0,1 p.p. no comparativo anual. Quando comparada com o trimestre anterior, a PDD apresenta aumento de 8,1% devido principalmente à maior inadimplência em B2B.

Os **serviços de terceiros** registraram redução anual de 1,7% no trimestre, resultado da redução de custos com comissionamento e promotores de venda em lojas de varejo a partir do 2T16 e menores despesas com propaganda e publicidade em função da sinergia gerada com a unificação da marca, ocorrida em abril/16, eliminando sobreposições na comunicação através da redução do número de agências de publicidade e renegociação de contratos de veiculação. Além disso, houve redução nos custos com atendimento de Call Center em função do menor volume de ligações para o Call Center, reflexo da digitalização, simplificação de ofertas e melhor experiência do cliente.

As **despesas gerais e administrativas** no 3T16 registraram aumento de 10,7% y-o-y, principalmente em função de maiores despesas com desenvolvimento e integração de sistemas, como parte do processo de incorporação da GVT.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram despesa de R\$149,3 milhões no trimestre, uma redução de 18,4% quando comparada ao 3T15, justificada principalmente por menores contingências cíveis registradas no período.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **Depreciação e Amortização** apresentou aumento de 8,5% na comparação anual, justificado principalmente pelo aumento do imobilizado, reflexo do maior nível de investimentos feitos pela Companhia nos últimos anos, além de maiores amortizações de softwares e licenças.

Resultado Financeiro

No 3T16, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram 14,6% (R\$37,8 milhões) quando comparadas ao 3T15, principalmente em função de uma maior despesa com atualização monetária de contingências.

No acumulado do ano, as despesas financeiras líquidas aumentaram 1,2% (R\$10,8 milhões) quando comparadas aos 9M15 em decorrência, principalmente, de uma maior despesa com atualização de contingências, parcialmente compensada por maiores perdas financeiras, no 3T15, relacionadas à variação cambial dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da GVT, cujo resultado foi impactado negativamente pela valorização do Euro em relação ao Real.

Capex

Consolidado em R\$ milhões	3T16	3T15	2T16	9M16	9M15
Rede	1.684,5	1.772,5	1.490,7	4.503,7	5.110,2
Tecnologia/Sist. Informação	205,5	251,0	224,5	556,4	572,4
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	51,0	99,0	55,5	143,4	263,9
Licenças	185,5	0,0	0,0	185,5	0,0
Total	2.126,4	2.122,5	1.770,6	5.389,0	5.946,5
Capex ex. licenças / Receita operacional líquida	18,2%	20,1%	16,8%	16,4%	19,0%

Comentário do Desempenho

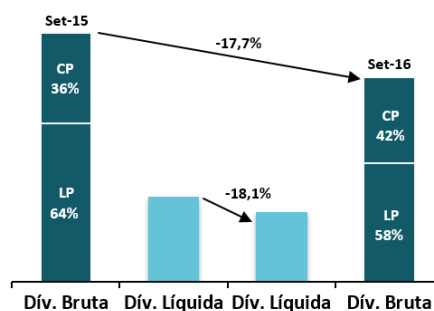
O **Capex** do 3T16 atingiu R\$2.126,4 milhões. Excluindo o valor das licenças de 2,5GHz adquiridas no leilão de sobras realizado pela Anatel em 17 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 185,5 milhões, o Capex do trimestre atinge R\$1.941,0 milhões (-8,6% y-o-y), representando 18,2% da receita operacional líquida do período. Em 2016, a Companhia investiu 16,4% das receitas, refletindo o sucesso na implantação de iniciativas de eficiência e na captura de sinergias, enquanto espera uma aceleração na execução de Capex no 4T16.

Nesse trimestre, os investimentos foram direcionados, em sua maioria, à ampliação da capacidade de rede e cobertura 4G e ao aumento da penetração do FTTx.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 3T16 com uma **dívida bruta** de R\$8.844,2 milhões, 17,7% menor que a apresentada ao final do 3T15, sendo 14,9% denominada em moeda estrangeira. Atualmente, a exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).

A **dívida líquida** atingiu R\$2.996,3 milhões ao final do 3T16. Em relação ao 3T15, a dívida líquida registra uma diminuição de 18,1% (R\$662,1 milhões), explicado principalmente pelo recebimento da venda de torres e por uma maior geração de caixa operacional no período, compensada pelo pagamento de dividendos em agosto.



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para fins de comparabilidade, as informações apresentadas neste documento referem-se ao cenário **pro forma** combinado para os nove meses de 2015, considerando a GVT Participações S.A..

Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, *market share*, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”) é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Telefônica S.A. (“Telefônica”), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo ações em tesouraria de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”). A Companhia também é registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão e autorização para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”, comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), respectivamente.

Para a prestação do STFC, a Companhia possui também concessão para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III (exceto os municípios que compõem o setor 33) e autorização para chamadas telefônicas originadas nas Regiões I e II, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”).

A Companhia também possui autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC”), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

Com a incorporação da GVT Participações S.A. (“GVTPart.”), nota 1c), a Companhia passou a atuar na prestação do STFC, SCM e TV por assinatura (“SEAC”) em todo o território brasileiro.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os contratos de autorização para o SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 21). Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

Notas Explicativas

No leilão para venda das sobras de radiofrequência nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, realizado pela ANATEL em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450. Em 21 de julho de 2016, através dos atos nº 2.483, nº 2.485 e nº 2.486, o Conselho Diretor da ANATEL decidiu homologar o uso destas radiofrequências. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 26 de julho de 2016 e publicados no Diário Oficial da União (“DOU”) em 26 de agosto de 2016. No terceiro trimestre de 2016, este montante foi registrado como licenças no ativo intangível (nota 13).

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências para o SMP são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

c) Reestruturação Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a Reestruturação Societária de acordo com os termos e condições propostos em 14 de março de 2016, conforme descrita a seguir.

A GVTPart. era a controladora da Global Village Telecom S.A. (“GVT”), sociedades que eram controladas pela Companhia de 28 de maio de 2015 a 1º de abril de 2016 (nota 3). A GVT era a controladora direta da POP Internet Ltda. (“POP”) e indireta da Innoweb Ltda. (“Innoweb”), sociedades com sede no Brasil.

A POP fornece serviços como provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb (controlada pela POP) fornece serviços telefônicos com base na tecnologia VoIP, que possibilita a realização de chamadas via *internet* a custos mais baixos do que a telefonia convencional, utilizando circuitos dedicados.

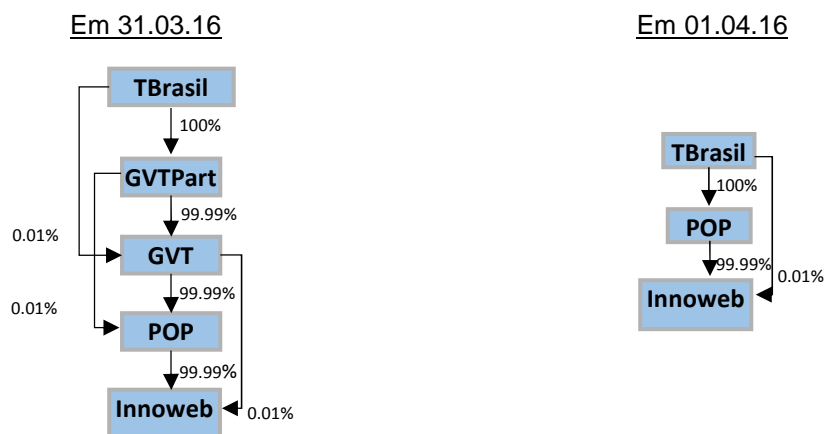
A Reestruturação Societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016, publicado no DOU de 28 de janeiro de 2016, com as condicionantes nele previstas.

A Reestruturação Societária ocorreu na mesma data da AGE mencionada acima, tendo ocorrida da seguinte forma: (i) a GVT foi cindida e o seu acervo líquido concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de telecomunicações foi absorvido pela GVTPart. e a parcela restante, concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às demais atividades que não de telecomunicações, foi absorvida pela POP; e (ii) o acervo líquido da GVTPart. (após a incorporação do acervo líquido da GVT, item (i)) foi absorvido pela Companhia.

A Reestruturação Societária visou a padronização dos serviços desenvolvidos pelas sociedades envolvidas neste processo, com: (i) concentração da prestação dos serviços de telecomunicações em uma única sociedade, a Companhia; e (ii) migração das atividades que eram prestadas pela GVT, especificamente aquelas que não eram relativas aos serviços de telecomunicações para a POP.

Desta forma, a simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços de telecomunicações na Companhia, favorece um ambiente de convergência, facilitando a consolidação e confluência na oferta de serviços de telecomunicações e a simplificação da oferta de pacotes de serviços, bem como a otimização de custos administrativos e operacionais, e a padronização das operações das sociedades envolvidas na Reestruturação Societária.

As estruturas societárias em 31 de março de 2016 (antes da Reestruturação Societária) e de 1º de abril de 2016 em diante (após a Reestruturação Societária), considerando apenas as sociedades envolvidas na Reestruturação Societária eram as seguintes:



Notas Explicativas

Dado que a incorporação da GVTPart. pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a GVTPart. era subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da GVTPart. por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Adicionalmente, no que tange à operação que antecede à incorporação da GVTPart. pela Companhia, também não há que se falar em relação de substituição, dado que a GVT era controlada pela GVTPart. e pela própria Companhia, inexistindo acionistas minoritários.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da GVTPart., em razão de ser esta subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da GVTPart. de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Declaração de Conformidade

As informações trimestrais (“ITRs”) individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e também conforme deliberação nº 739 da CVM.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e comparam os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2016 com 31 de dezembro de 2015.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de outubro de 2016.

Para a comparabilidade das ITRs consolidadas (demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações do valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa) para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, deve-se levar em conta os efeitos da consolidação da GVTPart. a partir de 1º de maio de 2015.

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 35 as demonstrações dos resultados consolidados pró forma (não auditadas ou revisadas) para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, quando aplicável.

Notas Explicativas

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 3 – “Resumo das Principais Práticas Contábeis”) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 2016, descritos a seguir:

IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations (Ativos Não Correntes Destinados a Venda e Operações Descontinuadas), revisão: As alterações desta norma orientam a Companhia sobre o tratamento contábil a ser utilizado quando da reclassificação de um ativo (ou grupo de ativos) da categoria de mantidos para venda para a distribuição a acionistas (ou vice-versa). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não possui planos de vendas de ativos ou de distribuição a acionistas e não espera impactos em sua posição financeira.

IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão: As alterações desta norma orientam a Companhia sobre as divulgações de suas políticas contábeis que compõem a base de mensuração (ou bases) utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e as outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia já divulga as políticas contábeis mais significativas em suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão: As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adquiriu participação em acordos conjuntos enquadrados desta forma.

IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão: Esta norma é opcional e permite à uma sociedade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuarem aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As sociedades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da sociedade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em sua posição financeira, visto que já elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS vigentes.

IAS 1 Disclosure Initiative (Iniciativas de Divulgação), revisão: Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. O modelo de divulgação das informações financeiras da Companhia está aderente à norma e a Companhia não espera impactos em suas divulgações financeiras.

IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão: As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em sua posição financeira.

Notas Explicativas

IAS 19 Employee Benefits (Benefícios a Empregados), revisão: As alterações desta norma exigem que a Companhia divulgue informações sobre a taxa utilizada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego, determinando por referência os rendimentos do mercado no final do período de referência de obrigações de instituições de elevada qualidade. Para as moedas às quais não existe um mercado ativo em tais obrigações de instituições de elevada qualidade, devem ser usados os rendimentos de mercado (no final do período de divulgação) dos títulos do governo denominados nessa moeda. A moeda e o prazo das obrigações das sociedades ou das obrigações governamentais devem ser consistentes com a moeda e o prazo esperado das obrigações de benefícios pós-emprego. No Brasil, não existe um mercado de títulos privados de alta qualidade, razão pela qual há vários anos a Companhia e seus atuários tem utilizado os títulos do Governo Brasileiro, notadamente as NTN-B com prazos equivalentes ao *duration* médio de cada plano para o desconto a valor presente do passivo atuarial. A moeda utilizada é o Real, tanto para pagamento dos benefícios, quanto para a valoração das NTN-Bs.

Amendments to IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statements (Emendas ao IAS 27 Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão: As alterações desta norma permitem que a Companhia utilize o método de equivalência patrimonial para investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e coligadas em suas demonstrações financeiras separadas (individuais). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Esta alteração não apresentou qualquer impacto nas demonstrações financeiras separadas da Companhia, uma vez que as normas contábeis brasileiras equivalentes (CPC 35-R2) já previam a utilização desse método.

IAS 34 Interim Financial Reporting (Relatórios Financeiros Intermediários), revisão: As alterações desta norma exigem que a Companhia divulgue em seus relatórios intermediários diversas informações, tais como: (i) declaração de políticas e métodos de cálculo comparadas com as demonstrações financeiras anuais mais recentes; (ii) comentários sobre sazonalidade; (iii) natureza e quantidades de itens que afetam ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou fluxo de caixa incomuns devido à sua natureza, dimensão ou incidência; (iv) natureza e quantidade de alterações nas estimativas de montantes divulgados nos períodos comparativos; (v) questões, recompras e reembolsos de títulos e valores mobiliários; (vi) dividendos pagos (agregados ou por ação), segregados por ações ordinárias e outras ações; (vii) informações completas por segmentos; (viii) acontecimentos após o período atual, que não tenham sido refletidos nos relatórios intermediários; (ix) efeito de alterações na composição da Companhia durante o período do relatório intermediário, entre outras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em seu relatório financeiro intermediário, visto que já contempla estas informações na elaboração de seus relatórios financeiros intermediários.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Vigência a partir de:
IAS 7 Cash Flow (Fluxo de Caixa), revisão.	1º de janeiro de 2017
IAS 12 Income Taxes (Imposto de Renda), revisão.	1º de janeiro de 2017
IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes), emissão.	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 Leases (Arrendamentos), emissão.	1º de janeiro de 2019
IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.	A definir

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base nas análises realizadas, a Companhia estima que a adoção da maioria destas normas não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo Telefônica está atualmente avaliando o impacto da aplicação da IFRS 15. Além disso, as alterações introduzidas pelo IFRS 9 afetarão os instrumentos financeiros e operações com instrumentos financeiros realizadas em ou após 1º de janeiro de 2018. Além disso, o IFRS 16 requer que a Companhia informe os ativos e passivos sujeitos a arrendamentos (exceto arrendamento de curto prazo e arrendamentos de baixo valor). Assim, as alterações introduzidas pelo IFRS 16 são susceptíveis de ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir da data de vigência da referida alteração.

Notas Explicativas

2.3) Bases de consolidação

A Companhia detinha as seguintes participações societárias diretas, conforme datas bases a seguir:

Investidas	Tipo de investimento	% de participação direta			País (Sede)	Atividade principal
		Em 30.09.16	Em 31.12.15	Em 30.09.15		
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 3)	Controlada integral	-	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
POP Internet Ltda ("POP") (nota 1c)	Controlada integral	100,00%	-	-	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	50,00%	Holanda	Holding , atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

3) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A. ("GVTPart.")

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 4 – "Aquisição da GVT Participações S.A."), em AGE da Companhia, realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart. e de 675.571 ações da GVT, bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia. Em decorrência destes atos, a Companhia tornou-se a única acionista da GVTPart. e controladora indireta da GVT, POP e Innoweb.

Em 28 de maio de 2015, a AGE da Companhia ratificou o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia e a Vivendi S.A. ("Vivendi") e suas subsidiárias (*Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS - "FrHolding108"* e *Société d'Investissements et de Gestion 72 S.A.*), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição está demonstrado a seguir:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida)	<u>(7.060.899)</u>
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (1)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	<u>(84.598)</u>
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	<u>17.263.514</u>

(1) Operações com derivativos, referem-se a *hedges* de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.

Notas Explicativas

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição.

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber, líquidas	947.378	Fornecedores	611.425
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239	Passivo não circulante	3.857.855
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Fornecedores	67.742
Tributos a recuperar	65.798	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Tributos diferidos (4)	610.873	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Provisões (3)	679.294
Outros ativos	7.052	Outras obrigações	21.063
Imobilizado, líquido (1)	7.970.117		
Intangível, líquido (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
Valor justo dos ativos adquiridos	13.583.890	Contraprestação total, líquido de Cash Flow Hedge	17.263.514

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído à marca (no montante de R\$59.000, avaliada pelo método *relief-from-royalty*, com amortização pelo prazo de 1,5 anos) e à carteira de clientes (no montante de R\$2.523.000, avaliada pelo método *multi-period excess earnings method*, com amortização pelo prazo médio de 7,77 anos) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart, com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que já está sendo utilizado para fins fiscais.

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo "Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e contraprestação contingente" (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa na aquisição foi de R\$390.255 (R\$376.479, líquido dos custos de transação).

Na data de elaboração destas ITRs, a Companhia já havia concluído as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Caixa e contas bancárias	125.662	201.294	128.499	233.742
Aplicações financeiras	5.239.586	4.005.301	5.666.067	5.103.103
Total	5.365.248	4.206.595	5.794.566	5.336.845

Notas Explicativas

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

5) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Valores faturados	6.862.396	5.605.057	7.760.725	6.959.513
Valores a faturar	1.820.512	1.490.470	1.813.312	2.111.746
Valores de interconexão	1.560.814	1.531.352	1.585.805	1.555.480
Valores com partes relacionadas (nota 29)	176.029	241.233	187.796	206.957
Contas a receber bruto	10.419.751	8.868.112	11.347.638	10.833.696
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.989.419)	(1.650.112)	(2.454.576)	(2.217.926)
Total	8.430.332	7.218.000	8.893.062	8.615.770
Circulante	8.215.291	7.000.379	8.576.650	8.285.319
Não circulante	215.041	217.621	316.412	330.451

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 30 de setembro de 2016, R\$156.031 (R\$217.621 em 31 de dezembro de 2015), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de setembro de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$38.229 (R\$59.378 em 31 de dezembro de 2015).
- Em 30 de setembro de 2016, R\$101.371 (R\$112.830 em 31 de dezembro de 2015), referente ao produto “Soluciona TI”, comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 30 de setembro de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$600 (R\$3.671 em 31 de dezembro de 2015).
- Em 30 de setembro de 2016, R\$59.010 líquidos do ajuste do valor presente de R\$12.664, referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo Oi.

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.09.16	31.12.15
Valor presente a receber	586.383	574.534
Receita financeira não realizada	600	3.671
Valor nominal a receber	586.983	578.205
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(335.800)	(306.443)
Valor líquido a receber	251.183	271.762
Circulante	149.812	158.932
Não circulante	101.371	112.830

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 30 de setembro de 2016 era:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	323.463	323.463
A vencer acima de um ano e até cinco anos	263.520	262.920
Total	586.983	586.383

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
A vencer	6.119.021	5.186.776	6.513.084	6.158.130
Vencidas – 1 a 30 dias	1.103.476	949.131	1.128.278	1.082.139
Vencidas – 31 a 60 dias	367.466	323.882	376.323	375.908
Vencidas – 61 a 90 dias	206.059	214.337	212.851	324.985
Vencidas – 91 a 120 dias	177.506	93.826	170.246	103.876
Vencidas – mais de 120 dias	456.804	450.048	492.280	570.732
Total	8.430.332	7.218.000	8.893.062	8.615.770

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(824.644)	(958.588)
Baixa pela utilização	480.214	544.377
Combinação de negócios (nota 3)	-	(323.936)
Saldo em 30.09.15	(1.658.386)	(2.357.463)
Complemento líquido das perdas estimadas	(192.172)	(272.087)
Baixa pela utilização	200.446	411.624
Saldo em 31.12.15	(1.650.112)	(2.217.926)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(900.456)	(1.003.976)
Baixa pela utilização	721.869	767.326
Incorporação (nota 1c)	(160.720)	-
Saldo em 30.09.16	(1.989.419)	(2.454.576)

6) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Materiais para revenda (1)	421.813	550.283	468.506	594.888
Materiais para consumo	73.393	48.562	75.633	53.275
Outros estoques	7.894	7.809	7.894	7.809
Total bruto	503.100	606.654	552.033	655.972
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(49.776)	(48.390)	(51.937)	(52.341)
Total	453.324	558.264	500.096	603.631

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Ingresso (reversão) líquido das perdas estimadas	4.543	5.337
Saldo em 30.09.15	(41.358)	(43.149)
Ingresso (reversão) líquido das perdas estimadas	(7.032)	(9.192)
Saldo em 31.12.15	(48.390)	(52.341)
Ingresso (reversão) líquido das perdas estimadas	(1.386)	404
Saldo em 30.09.16	(49.776)	(51.937)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
ICMS (1)	2.203.876	1.866.777	2.212.288	2.063.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (2)	497.833	267.238	531.242	301.714
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	73.163	132.442	103.961	293.065
PIS e COFINS	78.440	108.758	79.644	133.925
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	22.702	126.806	37.700	139.082
Total	2.876.014	2.502.021	2.964.835	2.930.945
Circulante	2.203.723	2.164.544	2.290.779	2.521.292
Não circulante	672.291	337.477	674.056	409.653

- (1) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.
- (2) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

7.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora												
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 30.09.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Incorporação (nota 1c)	Saldos em 30.09.16
Ativo (passivo) diferido													
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	70.164	(70.164)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)													
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.454.349	157.173	-	-	1.611.522	69.494	-	1.681.016	191.462	-	-	282.751	2.155.229
Fornecedores e outras provisões	436.799	84.556	-	-	521.355	13.646	-	535.001	99.932	-	-	66.455	701.388
Carteira de clientes e marcas	292.780	(27.542)	-	-	265.238	(9.182)	-	256.056	(47.168)	-	-	119.695	328.583
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	303.932	79.980	-	-	383.912	(14.738)	-	369.174	77.798	-	-	54.645	501.617
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	170.731	(3.145)	-	-	167.586	2.546	-	170.132	(2.966)	-	-	122.696	289.862
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	175.043	11.425	-	-	186.468	(2.669)	(138.933)	44.866	4.284	-	-	-	49.150
Participação nos resultados	145.059	(84.489)	-	-	60.570	28.374	-	88.944	(3.312)	-	-	3.963	89.595
Provisão para programa de fidelização	31.508	1.010	-	-	32.518	86	-	32.604	(13.331)	-	-	-	19.273
Depreciação acelerada contábil	15.375	(2.588)	-	-	12.787	(1.922)	-	10.865	(2.021)	-	-	-	8.844
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.014	(91)	-	-	9.923	(559)	-	9.364	(13.200)	-	-	13.620	9.784
Operações com derivativos	(74.930)	1.900	122.377	-	49.347	3.773	(5.209)	47.911	35.800	1.958	-	10.523	96.192
Licença	(987.896)	(162.247)	-	-	(1.150.143)	(54.083)	-	(1.204.226)	(162.247)	-	-	-	(1.366.473)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(715.538)	(78.820)	-	-	(794.358)	(15.242)	-	(809.600)	(45.726)	-	-	-	(855.326)
Ágios da Vivo Part.	(670.716)	(125.403)	-	-	(796.119)	(41.799)	-	(837.918)	(125.402)	-	-	-	(963.320)
Ágio GVTPart.	-	-	-	-	-	-	-	-	(348.152)	-	-	-	(348.152)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	40.969	-	-	(215.485)	22.339	-	(193.146)	44.854	-	-	-	(148.292)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	(21.981)	33.615	557	4.616	16.807	(33.253)	79	(3.092)	(19.459)	39.662	(92)	31.019	51.130
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	40.704	(143.861)	122.934	4.616	24.393	(33.189)	(144.063)	(3.092)	(155.951)	(269.733)	1.866	705.367	281.549
Ativo fiscal diferido	3.258.084				3.605.961				3,535.671				4.487.737
Passivo fiscal diferido	(3,217,380)				(3,581,569)				(3,691,622)				(4,206,188)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	40.704				24.393				(155,951)				281.549

	Consolidado													
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Combinação de Negócios (4)	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 30.09.15	Demonstração dos resultados	Combinação de Negócios (4)	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.09.16
Ativo (passivo) diferido														
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	93.546	(93.546)	-	-	-	-	26.519	-	-	-	26.519	(13.382)	-	13.137
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)														
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.459.838	203.382	182.448	-	-	1.845.668	41.277	67.291	-	-	1.954.236	210.433	-	2.164.669
Fornecedores e outras provisões	501.957	108.093	44.699	-	-	654.749	26.633	5.742	-	-	687.124	86.376	-	773.500
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	315.072	87.434	110.138	-	-	512.644	(66.320)	694	-	-	447.018	82.895	-	529.913
Carteira de clientes e marcas	292.780	24.807	-	-	-	317.587	25.520	-	-	-	343.107	(14.524)	-	328.583
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	172.744	(7.241)	31.158	-	-	196.661	9.096	89.188	-	-	294.945	(2.584)	-	292.361
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	175.043	11.425	-	-	-	186.468	(4.971)	-	(136.510)	-	44.987	4.176	-	49.163
Participação nos resultados	145.829	(93.936)	22.870	-	-	74.763	31.435	-	-	-	106.198	(15.162)	-	91.036
Provisão para programa de fidelização	31.508	1.010	-	-	-	32.518	86	-	-	-	32.604	(13.331)	-	19.273
Depreciação acelerada contábil	15.375	(65.209)	(234.215)	-	-	(284.049)	294.914	-	-	-	10.865	(2.021)	-	8.844
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.893	(362)	-	-	-	10.531	176	-	-	-	10.707	(188)	-	10.519
Operações com derivativos	(75.240)	(259.181)	218.699	122.377	-	6.655	57.962	-	(5.209)	-	59.408	34.995	1.958	96.361
Licença	(987.896)	(162.247)	-	-	-	(1.150.143)	(54.083)	-	-	-	(1.204.226)	(162.247)	-	(1.366.473)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(715.538)	(78.820)	-	-	-	(794.358)	(15.242)	-	-	-	(809.600)	(45.726)	-	(855.326)
Ágios da Vivo Part.	(670.716)	(125.403)	-	-	-	(796.119)	(41.799)	-	-	-	(837.918)	(125.402)	-	(963.320)
Ágio GVTPart.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(348.152)	-	(348.152)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	40.969	-	-	-	(215.485)	22.339	-	-	-	(193.146)	44.854	-	(148.292)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	(26.389)	345.119	(125.027)	557	4.616	198.876	(323.543)	203.977	79	(3.092)	76.297	(17.099)	(92)	59.106
Total do passivo diferido	144.817	(63.706)	250.770	122.934	4.616	459.431	29.999	366.892	(141.640)	(3.092)	711.590	(296.089)	1.866	417.367
Ativo fiscal diferido	3,366,604					4,023,485					4,153,054			4,616,058
Passivo fiscal diferido	(3,221,787)					(3,564,054)					(3,441,464)			(4,198,691)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	144.817					459.431					711.590			417.367

- Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- Refere-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- Refere-se a tributos diferidos sobre diferenças temporárias, sendo que a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- Referem-se a tributos diferidos decorrentes de combinações de negócios, sendo R\$610.873 da GVTPart. (nota 3) e R\$6.789 da TGLog.
- Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, não foram reconhecidos tributos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) nos livros contábeis de controladas diretas e indiretas no montante de R\$2.949 (R\$481.203 em 31 de dezembro de 2015), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Depósitos judiciais				
Tributário	3.619.184	2.900.671	3.677.770	3.374.764
Trabalhista	1.104.642	1.062.118	1.115.763	1.128.935
Cível e regulatório	1.270.881	1.030.130	1.271.925	1.114.770
Total	5.994.707	4.992.919	6.065.458	5.618.469
Bloqueios judiciais	149.424	122.913	152.181	134.994
Total	6.144.131	5.115.832	6.217.639	5.753.463
Circulante	283.365	235.343	283.397	235.343
Não circulante	5.860.766	4.880.489	5.934.242	5.518.120

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.677.770 (R\$3.374.764 em 31 de dezembro de 2015). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias ("Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$35.015 (R\$35.272 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$173.709 (R\$164.482 em 31 de dezembro de 2015).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem a cobrança realizada pela ANATEL da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e rádio enlaces. Por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que de titularidade de terceiros, também estão sujeitas à TFI.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.075.287 (R\$1.008.771 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$72.660 (R\$67.996 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (“SIEF”); (iii) recolhimento a menor do IRPJ; e (iv) direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos (nota 3).

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$439.411 (R\$410.412 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (“Sinditelebrasil”) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.028.915 (R\$858.630 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) e Verbas para Terceiros (“INSS”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); (iv) premiações; e (v) cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$126.557 (R\$118.425 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (“ILL”)

A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (“REFIS”), com a utilização do depósito judicial ora vinculado.

Em 30 de junho de 2016, o saldo deste depósito já estava zerado, em razão da conversão em renda do montante de R\$45.843 e do levantamento do montante de R\$14.244 pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$58.446.

Notas Explicativas

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$448.831 (R\$425.737 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento de ICMS, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (vi) ICMS sobre cartões de ativação para o serviço pré-pago; (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39; e (viii) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura e sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$205.478 (R\$161.815 em 31 de dezembro de 2015).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$71.907 (R\$64.778 em 31 de dezembro de 2015).

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Taxa fistel (1)	268.014	-	268.014	-
Propaganda e publicidade	86.471	228.672	86.471	228.672
Seguros	34.742	24.035	35.516	28.367
Alugueis	21.770	43.022	21.770	43.022
Encargos financeiros	2.161	11.120	2.161	11.120
Manutenção de <i>software</i> e redes	46.982	7.196	49.877	26.478
Tributos e outras despesas antecipadas	59.399	31.912	65.626	49.396
Total	519.539	345.957	529.435	387.055
Circulante	480.840	317.325	489.331	356.446
Não circulante	38.699	28.632	40.104	30.609

(1) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento tendo como base o exercício de 2015, pagos em março de 2016 e que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

Notas Explicativas

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Adiantamentos a empregados e fornecedores	101.120	72.635	100.143	81.615
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	268.801	288.702	234.915	162.308
Crédito com fornecedores	91.416	118.153	95.073	120.091
Subsídio na venda de aparelhos celulares	18.901	42.896	18.901	42.896
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 32)	9.346	8.391	9.724	8.724
Reembolso Vivendi cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA (nota 3)	10.274	84.598	10.274	84.598
Outros valores a realizar	15.429	42.971	19.292	51.199
Total	515.287	658.346	488.322	551.431
Circulante	465.217	603.118	435.712	488.632
Não circulante	50.070	55.228	52.610	62.799

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 30.09.16					Em 31.12.15				
	Controlada integral		Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	1.174.541	24.697	15	19.969	153.154	1.411.043	1.910.323	9	17.851	179.698
Ativo não circulante	350.878	51.461	-	12.760	-	409.595	9.329.733	-	11.824	-
Total do ativo	1.525.419	76.158	15	32.729	153.154	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Passivo circulante	604.759	46.883	3	4.183	146	707.352	1.924.230	1	4.394	100
Passivo não circulante	62.859	2	-	5.290	-	56.981	1.641.382	-	5.083	-
Patrimônio líquido	857.801	29.273	12	23.256	153.008	1.056.305	7.674.444	8	20.198	179.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.525.419	76.158	15	32.729	153.154	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Valor contábil do investimento	857.801	29.273	6	11.628	76.504	1.056.305	7.674.444	4	10.099	89.799

	Em 30.09.16						Em 30.09.15				
	Controlada integral		Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto			
	TData	POP	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Resumo da Demonstração de Resultados:											
Receita operacional líquida	1.866.828	24.485	1.531.692	59	31.778	-	1.835.121	2.477.333	46	29.546	-
Custos e despesas operacionais	(1.091.086)	(14.689)	(1.300.347)	(54)	(30.597)	(128)	(975.639)	(2.050.698)	(50)	(27.779)	(82)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	63.800	1.753	(41.146)	-	1.237	38	83.103	(399.426)	-	1.835	84
Imposto de renda e contribuição social	(288.651)	(4.867)	(57.958)	(1)	(338)	-	(319.169)	(12.625)	-	(662)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	550.891	6.682	132.241	4	2.080	(90)	623.416	14.584	(4)	2.940	2
Valor contábil da equivalência patrimonial, conforme participação acionária	550.891	6.682	132.241	2	1.040	(45)	623.416	14.584	(2)	1.470	1

Notas Explicativas

b) Movimentação dos Investimentos

	TData (1)	POP (1)	GVTPart. (1)	Aliança (2)	AIX (2)	ACT (2)	Ágios (3)	Mais valla dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	Outros investimentos (4)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.14	1.153.151	-	-	68.129	8.542	5	212.058	-	3.129	1.445.014	(1.365.209)	79.805
Adições	-	-	2.417.817	-	-	-	12.229.359	2.700.936	-	17.348.112	(17.348.112)	-
Aumento de capital	-	-	4.087.040	-	-	-	-	-	-	4.087.040	(4.087.040)	-
Resultado de equivalência patrimonial	623.416	-	14.584	1	1.470	(2)	-	(131.234)	-	508.235	(506.766)	1.469
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(524.177)	-	-	-	-	-	-	-	-	(524.177)	524.177	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(98)	25.900	-	-	-	-	(1.637)	24.165	98	24.263
Saldos em 30.09.15	1.252.390	-	6.519.343	94.030	10.012	3	12.441.417	2.569.702	1.492	22.888.389	(22.782.852)	105.537
Adições (reversões)	-	-	(665.093)	-	-	-	607.782	(27.289)	-	(84.600)	84.600	-
Aumento de capital	-	-	1.740.024	-	-	-	-	-	-	1.740.024	(1.740.024)	-
Resultado de equivalência patrimonial	234.108	-	86.446	(10)	576	1	-	(80.830)	-	240.291	(239.724)	567
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(425.360)	-	-	-	(489)	-	-	-	-	(425.849)	425.360	(489)
Outros resultados abrangentes	107	-	(4.714)	(4.221)	-	-	-	-	(233)	(9.061)	4.607	(4.454)
Outros movimentos	(4.940)	-	(1.562)	-	-	-	-	-	-	(6.502)	6.502	-
Saldos em 31.12.15	1.056.305	-	7.674.444	89.799	10.099	4	13.049.199	2.461.583	1.259	24.342.692	(24.241.531)	101.161
Resultado de equivalência patrimonial	550.891	6.682	132.241	(45)	1.040	2	-	(67.641)	-	623.170	(622.173)	997
Incorporação (nota 1c)	-	22.591	(7.806.685)	-	-	-	(12.837.141)	(2.393.942)	-	(23.015.177)	23.015.177	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(749.395)	-	-	-	489	-	-	-	-	(748.906)	749.395	489
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(13.250)	-	-	-	-	270	(12.980)	-	(12.980)
Saldos em 30.09.16	857.801	29.273	-	76.504	11.628	6	212.058	-	1.529	1.188.799	(1.099.132)	89.667

(1) Controladas integrais.

(2) Controladas em conjunto.

(3) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 3).

(4) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12) IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	10,00 a 14,29	5,00 a 14,29	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 25,00	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538	20.381.731
Adições	4.725	121.301	84.418	29.934	-	141.945	-	3.365.946	3.748.269
Baixas líquidas	(3.859)	(20.443)	(2.591)	(2.114)	(74)	(1.714)	4.966	(14.589)	(40.418)
Transferências líquidas	635.549	2.017.896	557.761	277.664	(1.386)	65.304	-	(3.558.791)	(6.003)
Depreciação (nota 24)	(370.552)	(1.095.646)	(699.486)	(399.190)	-	(168.917)	-	-	(2.733.791)
Saldo em 30.09.15	2.807.539	11.231.685	1.550.789	3.391.485	312.890	707.922	(151.626)	1.499.104	21.349.788
Adições	2.099	57.384	26.270	18.024	215	48.973	-	1.463.189	1.616.154
Baixas líquidas	(23)	(4.257)	(238)	(98)	-	(68)	(3.651)	(5.335)	(13.670)
Transferências líquidas	113.859	784.728	179.926	89.636	-	12.768	-	(1.185.190)	(4.273)
Depreciação	(127.433)	(389.511)	(225.954)	(127.515)	-	(58.510)	-	-	(928.923)
Saldo em 31.12.15	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Adições	1.364	224.862	63.341	42.062	-	182.511	(11.359)	3.519.072	4.021.853
Baixas líquidas (3)	(1.159)	(14.060)	(213)	(98.700)	(201)	(391)	2.994	(19.141)	(130.871)
Transferências líquidas	473.263	1.837.554	525.172	283.949	-	(44.578)	(2)	(3.133.071)	(57.713)
Depreciação (nota 24)	(462.401)	(1.577.051)	(929.502)	(377.717)	-	(208.052)	-	-	(3.554.723)
Incorporação (nota 1c)	1.039.161	5.269.872	1.572.567	428.622	2.601	159.039	(331.956)	221.157	8.361.063
Saldo em 30.09.16	3.846.269	17.421.206	2.762.158	3.649.748	315.505	799.614	(495.600)	2.359.785	30.658.685
Em 30.09.16									
Custo	19.907.736	49.513.830	15.136.391	14.756.815	315.505	4.056.272	(495.600)	2.359.785	105.550.734
Depreciação acumulada	(16.061.467)	(32.092.624)	(12.374.233)	(11.107.067)	-	(3.256.658)	-	-	(74.892.049)
Total	3.846.269	17.421.206	2.762.158	3.649.748	315.505	799.614	(495.600)	2.359.785	30.658.685
Em 31.12.15									
Custo	17.688.862	39.825.516	11.530.512	13.870.397	313.105	3.591.962	(155.277)	1.771.768	88.436.845
Depreciação acumulada	(14.892.821)	(28.145.487)	(9.999.719)	(10.498.865)	-	(2.880.877)	-	-	(66.417.769)
Total	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076

Notas Explicativas

	Consolidado								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1) em andamento	Bens e instalações	
Taxa anual de depreciação (%)	8,33 a 20,00	2,50 a 25,00	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 66,67	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738	20.453.864
Adições	121.187	573.500	312.995	41.469	-	168.515	(5.607)	3.372.090	4.584.149
Baixas líquidas	(3.868)	(21.900)	(2.591)	(2.633)	(74)	(5.995)	7.421	(21.008)	(50.648)
Transferências líquidas	747.477	1.962.038	571.057	149.280	(1.386)	174.929	-	(3.597.882)	5.513
Depreciação (nota 24)	(445.163)	(1.321.691)	(854.341)	(416.666)	-	(234.153)	-	-	(3.272.014)
Combinação de negócios (2)	1.283.626	5.098.723	1.793.114	421.255	2.601	249.807	(64.350)	119.276	8.904.052
Saldo em 30.09.15	4.245.176	16.499.432	3.448.571	3.679.640	315.491	1.068.656	(219.264)	1.587.214	30.624.916
Adições	66.850	312.365	96.255	22.659	215	81.634	(6.504)	1.476.028	2.049.502
Baixas líquidas	(594)	4.354	(11.241)	(1.879)	-	(6.555)	(6.065)	(2.137)	(24.117)
Transferências líquidas	144.371	780.427	182.528	89.641	-	9.440	-	(1.210.371)	(3.964)
Depreciação	(185.776)	(499.168)	(330.031)	(134.602)	-	(89.277)	-	-	(1.238.854)
Combinação de negócios (2)	(311.068)	(120.406)	(239.973)	492	(1)	2.554	(262.316)	-	(930.718)
Saldo em 31.12.15	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Adições	16.135	489.397	178.309	43.680	-	156.777	(11.459)	3.523.653	4.396.492
Baixas líquidas (3)	(2.793)	(16.216)	(562)	(99.258)	(200)	3.417	9.855	(21.612)	(127.369)
Transferências líquidas	392.186	1.698.621	509.378	446.462	-	(166.358)	(2)	(2.981.460)	(101.173)
Depreciação (nota 24)	(518.084)	(1.727.495)	(1.062.965)	(386.563)	-	(227.170)	-	-	(3.922.277)
Saldo em 30.09.16	3.846.403	17.421.311	2.770.269	3.660.272	315.505	833.118	(495.755)	2.371.315	30.722.438
Em 30.09.16									
Custo	19.914.965	49.514.510	15.184.540	14.836.778	315.505	4.172.712	(495.755)	2.371.315	105.814.570
Depreciação acumulada	(16.068.562)	(32.093.199)	(12.414.271)	(11.176.506)	-	(3.339.594)	-	-	(75.092.132)
Total	3.846.403	17.421.311	2.770.269	3.660.272	315.505	833.118	(495.755)	2.371.315	30.722.438
Em 31.12.15									
Custo	19.724.438	47.459.383	14.522.080	14.278.557	315.705	4.487.749	(494.149)	1.850.734	102.144.497
Depreciação acumulada	(15.765.479)	(30.482.379)	(11.375.971)	(10.622.606)	-	(3.421.297)	-	-	(71.667.732)
Total	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765

- (1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (2) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$7.970.117 da GVTPart. (nota 3) e R\$3.217 da TGLog.
- (3) As baixas líquidas de "Infraestrutura e Bens e Instalações em Andamento" para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, incluem o montante de R\$99.210 referente à transação de alienação de 1.655 torres de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda (antiga Towerco Latam do Brasil Ltda), sociedade controlada direta da Telefônica.

b) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$200.794 (R\$163.802 em 31 de dezembro de 2015).

c) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

d) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 30 de setembro de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.987.858 (R\$7.855.868 em 31 de dezembro de 2015), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

e) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado					
		30.09.16			31.12.15		
		Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5,00%	219.520	(30.846)	188.674	219.520	(22.613)	196.907
Infraestrutura	5,00%	8.195	(3.275)	4.920	6.674	(2.291)	4.383
Outros ativos	8.33 % a 20,00 %	149.657	(92.967)	56.690	149.657	(85.224)	64.433
Total		377.372	(127.088)	250.284	375.851	(110.128)	265.723

13) INTANGÍVEL, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Softwares em andamento	Total
		Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis		
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-	
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.072.787	
Adições	-	404.770	-	-	116	9.210	263.266	677.362	
Baixas líquidas	-	(28)	-	-	-	-	-	(28)	
Transferências líquidas	-	264.407	-	-	1	(3.109)	(255.296)	6.003	
Amortização (nota 24)	-	(585.925)	(186.424)	(61.633)	(683.265)	(1.844)	-	(1.519.091)	
Saldo em 30.09.15	10.013.222	2.093.281	923.452	1.264.613	15.863.450	4.370	74.645	30.237.033	
Adições	-	181.083	-	-	-	792	87.829	269.704	
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	
Transferências líquidas	-	90.276	-	-	(1)	1	(86.003)	4.273	
Amortização	-	(201.702)	(62.142)	(21.052)	(228.367)	(204)	-	(513.467)	
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540	
Adições	-	382.878	-	-	185.450	11.213	374.554	954.095	
Baixas líquidas	-	(4.555)	-	-	-	-	-	(4.555)	
Transferências líquidas	-	469.583	-	-	-	(17.110)	(394.242)	58.231	
Amortização (nota 24)	-	(672.441)	(358.782)	(82.820)	(690.473)	(4.367)	-	(1.808.883)	
Incorporação (nota 1c)	12.837.141	219.856	2.207.012	22.944	-	56.368	-	15.343.321	
Saldo em 30.09.16	22.850.363	2.558.256	2.709.540	1.183.685	15.130.059	51.063	56.783	44.539.749	
Em 30.09.16									
Custo	22.850.363	13.639.668	4.513.278	1.660.433	20.237.573	265.534	56.783	63.223.632	
Amortização acumulada	-	(11.081.412)	(1.803.738)	(476.748)	(5.107.514)	(214.471)	-	(18.683.883)	
Total	22.850.363	2.558.256	2.709.540	1.183.685	15.130.059	51.063	56.783	44.539.749	
Em 31.12.15									
Custo	10.013.222	12.155.929	1.990.278	1.601.433	20.052.123	158.897	76.471	46.048.353	
Amortização acumulada	-	(9.992.994)	(1.128.968)	(357.872)	(4.417.041)	(153.938)	-	(16.050.813)	
Total	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540	

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Softwares em andamento	Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis			
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	-	-	
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424	
Adições	-	432.840	-	-	116	9.210	263.266	705.432	
Baixas líquidas	-	(27)	-	-	-	-	-	(27)	
Transferências líquidas	-	252.891	-	-	1	(3.109)	(255.296)	(5.513)	
Amortização (nota 24)	-	(614.672)	(324.002)	(78.022)	(683.265)	(6.825)	-	(1.706.786)	
Combinação de negócios (1)	12.229.359	209.050	2.414.000	59.000	-	139.978	-	15.051.387	
Saldo em 30.09.15	22.454.639	2.292.718	3.199.874	1.307.224	15.863.450	139.367	74.645	45.331.917	
Adições	-	218.690	-	-	-	9.766	87.829	316.285	
Baixas líquidas	-	(25)	-	-	-	-	-	(25)	
Transferências líquidas	-	93.255	-	-	(1)	(3.287)	(86.003)	3.964	
Amortização	-	(219.881)	(154.373)	(30.885)	(228.367)	(1.417)	-	(634.923)	
Combinação de negócios (1)	607.782	966	109.000	-	-	(127.775)	-	589.973	
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191	
Adições	-	401.821	-	-	185.450	19.194	374.554	981.019	
Baixas líquidas	-	(4.558)	-	-	-	(15)	-	(4.573)	
Transferências líquidas	-	468.721	-	-	-	19.791	(394.242)	94.270	
Amortização (nota 24)	-	(691.984)	(444.961)	(92.654)	(690.473)	(4.558)	-	(1.924.630)	
Saldo em 30.09.16	23.062.421	2.559.723	2.709.540	1.183.685	15.130.059	51.066	56.783	44.753.277	
Em 30.09.16									
Custo	23.062.421	13.681.737	4.513.278	1.660.433	20.237.573	265.543	56.783	63.477.768	
Amortização acumulada	-	(11.122.014)	(1.803.738)	(476.748)	(5.107.514)	(214.477)	-	(18.724.491)	
Total	23.062.421	2.559.723	2.709.540	1.183.685	15.130.059	51.066	56.783	44.753.277	
Em 31.12.15									
Custo	23.062.421	12.824.884	4.513.278	1.660.433	20.052.123	181.177	76.471	62.370.787	
Amortização acumulada	-	(10.439.161)	(1.358.777)	(384.094)	(4.417.041)	(164.523)	-	(16.763.596)	
Total	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191	

(1) Refere-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$15.640.394 da GVTPart., inclui ágio (nota 3) e R\$966 da TGLog.

b) Composição dos ágios em 30 de setembro de 2016

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (2)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (3)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (4)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (5)	12.837.141	12.837.141
Total	22.850.363	23.062.421

(1) Ágio gerado da cisão parcial da Spanish e Figueira, vertido para a Companhia pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006.

(2) Ágio gerado na aquisição da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações) ocorrida em 2004.

(3) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytrees) ocorrida em 2008.

(4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

(5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 3).

Notas Explicativas**14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Salários e remunerações	70.719	27.512	71.707	58.201
Encargos e benefícios sociais	507.984	265.100	518.160	383.834
Participação de empregados nos resultados	181.162	205.124	185.110	232.404
Planos de remuneração baseados em ações (nota 31)	36.237	39.898	36.460	39.987
Outras indenizações	123	2.197	123	4.228
Total	796.225	539.831	811.560	718.654
Circulante	763.654	520.023	778.904	698.846
Não circulante	32.571	19.808	32.656	19.808

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Fornecedores diversos	5.958.787	6.374.471	6.286.971	7.438.202
Valores a repassar	294.643	148.793	294.643	165.648
Interconexão / interligação (1)	420.441	421.650	420.441	520.816
Partes relacionadas (nota 29)	528.201	552.033	460.976	316.311
Total	7.202.072	7.496.947	7.463.031	8.440.977
Circulante	7.128.441	7.496.947	7.389.400	8.373.235
Não circulante	73.631	-	73.631	67.742

(1) Inclui o montante registrado como não circulante, referente à demanda judicial movida contra as operadoras de SMP com o pleito de redução do valor de VU-M. Em 15 de outubro de 2007, obteve-se uma liminar para proceder o depósito judicial da diferença entre o valor do minuto de ligação VC1 (R\$0,2899) e o valor efetivamente cobrado pelas operadoras de SMP (R\$0,3899). Os valores correspondentes a tais depósitos estão reconhecidos no ativo no grupo de "Depósitos e bloqueios judiciais".

16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Tributos sobre a renda	-	10.094	29.705	58.666
Imposto de renda e contribuição social a pagar		10.094	29.705	58.666
Tributos indiretos	1.531.435	1.222.615	1.618.732	1.744.354
ICMS	1.010.760	904.637	1.046.065	1.186.818
PIS e COFINS	356.773	215.235	395.984	382.123
Fust e Funttel	86.972	35.881	86.976	86.317
ISS, CIDE e outros tributos	76.930	66.862	89.707	89.096
Total	1.531.435	1.232.709	1.648.437	1.803.020
Circulante	1.472.735	1.175.293	1.562.065	1.716.002
Não circulante	58.700	57.416	86.372	87.018

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a ReceberComposição:

	Controladora	
	30.09.16	31.12.15
AIX	-	489
TData	-	18.156
Total	-	18.645

Notas ExplicativasMovimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.15	18.645	489
Dividendos complementares de 2015 da TData	389.395	-
Reversão de dividendos deliberados pela AIX em 2015	(489)	(489)
Dividendos intermediários	360.000	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(767.551)	-
Saldo em 30.09.16	-	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a PagarComposição:

	Controladora/Consolidado	
	30.09.16	31.12.15
Telefônica Internacional	806.832	455.371
Telefônica	971.553	471.238
SP Telecomunicações Participações	612.495	345.689
Telefônica Chile	1.707	964
Acionistas não controladores	1.305.595	936.100
Total	3.698.182	2.209.362

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.15	2.209.362
Dividendos complementares de 2015	1.287.223
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.332.800
Prescrição de dividendos	(66.060)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.070.594)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	5.451
Saldo em 30.09.16	3.698.182

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

Em reunião da Diretoria realizada em 26 de julho de 2016, a Companhia comunicou aos seus acionistas que iniciará em 13 de dezembro de 2016 o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício social de 2015, conforme discriminado a seguir:

Natureza	Datas		Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
	Aprovação	Base do Crédito	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
JSCP	18/09/2015	30/09/2015	46.481	100.519	147.000	39.509	85.441	124.950	0,069392	0,076332
JSCP	19/10/2015	30/10/2015	27.902	60.098	88.000	23.717	51.083	74.800	0,041541	0,045695
JSCP	19/11/2015	30/11/2015	74.510	160.490	235.000	63.334	136.417	199.750	0,110934	0,122027
JSCP	17/12/2015	30/12/2015	96.047	206.878	302.925	81.640	175.846	257.486	0,142998	0,157298
Dividendos	28/04/2016	28/04/2016	407.017	880.206	1.287.223	407.017	880.206	1.287.223	0,714875	0,786362
Total			651.957	1.408.191	2.060.148	615.216	1.328.993	1.944.209		

(1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte.

(2) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Conforme previsto nos artigos 27 e 28 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio demonstrados no quadro anterior foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015 e aprovados na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2016.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032
Ingressos (resultado)	331.397	40.621	577.208	-	-	949.226
Ingressos (exceto resultado)	-	109.665	-	-	51.795	161.460
Baixas por pagamento	(265.059)	(77.287)	(267.532)	-	-	(609.878)
Baixas por reversão (resultado)	(59.217)	(55)	(186.970)	(10.558)	(8.367)	(265.167)
Atualização monetária	83.978	149.803	141.829	17.507	-	393.117
Saldos em 30.09.15	1.104.225	2.602.645	1.462.006	284.557	290.357	5.743.790
Ingressos (resultado)	96.064	25.317	192.579	-	-	313.960
Ingressos (exceto resultado)	-	-	-	-	272.187	272.187
Baixas por pagamento	(73.871)	(965)	(79.965)	-	-	(154.801)
Baixas por reversão (resultado)	(18.136)	-	(66.630)	(4.175)	(263.793)	(352.734)
Atualização monetária	32.210	57.927	52.768	6.601	-	149.506
Saldos em 31.12.15	1.140.492	2.684.924	1.560.758	286.983	298.751	5.971.908
Ingressos (resultado)	381.911	120.385	609.417	7.835	-	1.119.548
Ingressos (exceto resultado)	-	100.314	7.360	-	30.983	138.657
Baixas por pagamento	(289.855)	(135.888)	(379.000)	-	-	(804.743)
Baixas por reversão (resultado)	(64.178)	(41.428)	(286.758)	(13.733)	(1.766)	(407.863)
Atualização monetária	115.190	231.246	238.129	42.068	15.940	642.573
Incorporação (nota 1c)	35.236	14.597	97.985	555.486	89.541	792.845
Saldos em 30.09.16	1.318.796	2.974.150	1.847.891	878.639	433.449	7.452.925
Em 30.09.16						
Circulante	171.086	-	934.217	-	-	1.105.303
Não circulante	1.147.710	2.974.150	913.674	878.639	433.449	6.347.622
Em 31.12.15						
Circulante	121.562	-	772.507	-	-	894.069
Não circulante	1.018.930	2.684.924	788.251	286.983	298.751	5.077.839

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais			Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório			
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos (resultado)	337.938	40.621	584.634	21.964	-	985.157
Ingressos (exceto resultado)	-	109.665	-	-	57.057	166.722
Baixas por pagamento	(280.376)	(76.869)	(289.930)	-	-	(647.175)
Baixas por reversão (resultado)	(48.248)	(55)	(164.997)	(10.558)	(8.367)	(232.225)
Atualização monetária	83.977	152.524	141.830	29.559	5.678	413.568
Combinação de negócios (3)	15.739	2.834	80.377	437.660	85.562	622.172
Saldos em 30.09.15	1.122.156	2.624.761	1.549.385	756.233	391.614	6.444.149
Ingressos (resultado)	118.181	25.584	194.692	1.347	-	339.804
Ingressos (exceto resultado)	-	28.393	-	-	274.117	302.510
Baixas por pagamento	(78.787)	(1.382)	(92.986)	-	-	(173.155)
Baixas por reversão (resultado)	(29.673)	-	(53.175)	(4.175)	(263.794)	(350.817)
Atualização monetária	32.235	58.835	55.135	15.489	3.484	165.178
Combinação de negócios (3)	2.039	-	-	74.988	-	77.027
Saldos em 31.12.15	1.166.151	2.736.191	1.653.051	843.882	405.421	6.804.696
Ingressos (resultado)	404.150	120.392	628.137	13.163	-	1.165.842
Ingressos (exceto resultado)	-	100.314	7.360	-	30.983	138.657
Baixas por pagamento	(290.255)	(148.299)	(390.404)	-	-	(828.958)
Baixas por reversão (resultado)	(69.565)	(43.203)	(288.484)	(20.101)	(14.140)	(435.493)
Atualização monetária	117.020	228.498	239.330	41.695	15.939	642.482
Saldos em 30.09.16	1.327.501	2.993.893	1.848.990	878.639	438.203	7.487.226
Em 30.09.16						
Circulante	171.086	-	934.217	-	-	1.105.303
Não circulante	1.156.415	2.993.893	914.773	878.639	438.203	6.381.923
Em 31.12.15						
Circulante	128.652	-	785.725	-	-	914.377
Não circulante	1.037.499	2.736.191	867.326	843.882	405.421	5.890.319

- (1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. em 2015 (nota 3).
- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (3) Referem-se aos montantes decorrentes das combinações de negócios, sendo R\$697.160 da GVTPart. (nota 3) e R\$2.039 da TGLog.

18.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Provisões prováveis	1.318.796	1.140.492	1.327.501	1.166.151
Contingências possíveis	309.314	226.731	324.549	340.643

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Provisões prováveis	2.974.150	2.684.924	2.993.893	2.736.191
Federais	2.802.993	2.539.050	2.822.736	2.559.770
Estaduais	141.803	127.505	141.803	156.444
Municipais	29.354	18.369	29.354	19.977
Contingências possíveis	29.984.410	23.790.290	30.482.076	26.620.066
Federais	6.700.960	5.164.158	6.715.243	5.908.994
Estaduais	14.727.618	11.317.423	15.106.095	12.921.976
Municipais	844.486	730.030	844.802	769.113
ANATEL	7.711.346	6.578.679	7.815.936	7.019.983

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas a: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST e FUNTTEL; (v) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vi) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (vii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (viii) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (ix) compensação de FINSOCIAL; (x) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xi) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; e (xii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.822.736 (R\$2.559.770 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) glosa de créditos de ICMS; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais; (iv) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (v) ICMS sobre *cobilling*; (vi) diferencial de alíquota de ICMS; e (vii) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados).

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$141.803 (R\$156.444 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$29.354 (R\$19.977 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. (decorrente do processo de privatização), da reestruturação societária da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree, TDBH e GVTPart.; (xiii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xiv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo); (xv) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado e serviço de assinatura mensal; (xvi) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (xvii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito; e (xviii) Contribuição constituída para o fomento da radiodifusão (EBC).

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.715.243 (R\$5.908.994 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem Speedy*; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito de ICMS relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *cobilling*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) ICMS sobre os valores dados a título de descontos; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) ICMS sobre assinatura mensal; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$15.106.095 (R\$12.921.976 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS sobre retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$844.802 (R\$769.113 em 31 de dezembro de 2015).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.088.178 (R\$3.647.291 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$1.084.181 (R\$911.836 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de setembro de 2016, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.637.650 (R\$2.455.229 em 31 de dezembro de 2015), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 30 de setembro de 2016, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.927 (R\$5.627 em 31 de dezembro de 2015).

18.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões prováveis	<u>1.847.891</u>	<u>1.560.758</u>	<u>1.848.990</u>	<u>1.653.051</u>
Cíveis	1.065.236	965.730	1.066.335	1.010.356
Regulatórias	782.655	595.028	782.655	642.695
Contingências possíveis	<u>7.756.266</u>	<u>6.020.956</u>	<u>7.757.609</u>	<u>6.297.944</u>
Cíveis	2.959.411	2.488.761	2.960.754	2.581.838
Regulatórias	4.796.855	3.532.195	4.796.855	3.716.106

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$243.664 (R\$190.004 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de setembro de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$424.849 (R\$435.782 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$397.822 (R\$384.570 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$782.655 (R\$642.695 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$478.713 em 30 de setembro de 2016 (R\$421.085 em 31 de dezembro de 2015). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes ("parte autora" ou "Associação") interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP. Em 7 de dezembro de 2015, o recurso da Associação foi desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça. A Associação opôs Embargos de Declaração, que não foram conhecidos pelo Superior Tribunal de Justiça em 17 de março de 2016. Em 15 de abril de 2016, a decisão transitou em julgado, não cabendo mais recursos. Assim, este processo está em fase final.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo MPSP foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. A Companhia interpôs Apelação que no dia 13 de abril de 2015 foi julgada, tendo por votação unânime reformado a sentença de primeiro grau para julgar improcedente a demanda. O MPSP recorreu do acórdão da Apelação, interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Apresentamos contrarrazões aos Recursos Especial e Extraordinário. Os Recursos Especial e Extraordinário não foram admitidos, aguardamos intimação sobre eventual interposição de recurso pelo MPSP.

Notas Explicativas

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública descrita acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente carreados a todos os consumidores afetados pelos “problemas” na prestação de serviço. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pelo Ministério Público contra os quais apresentamos contrarrazões.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2016, o montante consolidado era de R\$2.466.491 (R\$2.146.850 em 31 de dezembro de 2015).
- A TGLog é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação de não pagamento de duplicatas de prestação de serviços de transportes. A TGLog defende que realizou descontos de forma legítima em razão de descumprimentos contratuais e pelas perdas causadas por sinistros nas mercadorias de seus clientes transportadas pela autora, que também é discutida por outra ação. Em 30 de setembro de 2016, o montante era de R\$1.343 (R\$1.022 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de setembro de 2016 o montante consolidado era de R\$14.207 (R\$12.881 em 31 de dezembro de 2015).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas têm a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Notas Explicativas

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2016 no montante consolidado de R\$4.796.855 (R\$3.716.106 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

18.4) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	30.09.16			31.12.15		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	200.794	6.217.639	2.441.759	163.802	5.753.463	2.750.864
Total	200.794	6.217.639	2.441.759	163.802	5.753.463	2.750.864

Em 30 de setembro de 2016, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$62.754 (R\$71.059 em 31 de dezembro de 2015).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Serviços e mercadorias (1)	419.586	466.943	419.586	466.943
Alienação de ativos imobilizados (2)	227.719	87.906	227.719	87.906
Receita de habilitação (3)	55.648	70.507	56.743	72.737
Programa de fidelização (4)	56.683	95.893	56.683	95.893
Subvenções governamentais (5)	136.923	133.099	136.923	133.099
Doações de equipamentos (6)	8.088	8.281	8.088	8.281
Outras receitas (7)	83.442	58.935	84.071	58.935
Total	988.089	921.564	989.813	923.794
Circulante	440.069	562.601	441.793	564.557
Não circulante	548.020	358.963	548.020	359.237

- (1) Refere-se aos saldos de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.

Notas Explicativas

- (2) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refere-se aos valores de: i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (7) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE

20.a) Empréstimos, Financiamentos, Arrendamento Financeiro e Contraprestação Contingente

				Controladora					
				30.09.16			31.12.15		
				Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento							
Moeda Local				1.136.122	2.851.831	3.987.953	1.619.342	1.651.714	3.271.056
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				716.213	2.161.684	2.877.897	473.807	1.034.754	1.508.561
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	352.315	660.045	1.012.360	328.768	898.735	1.227.503
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP (1)	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/07/17	43.811	-	43.811	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	182.087	523.681	705.768	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	14.688	31.619	46.307	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	7.591	406.120	413.711	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	11.488	142.289	153.777	-	-	-
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	1.495	292.454	293.949	-	-	-
Financiamento – BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	89.800	68.864	158.664	90.779	136.019	226.798
Financiamento – BNDES PSI	R\$	TJLP+ 5,7% a 9,00%	15/04/16	-	-	-	221	-	221
Financiamento – BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	12.938	36.612	49.550	54.039	-	54.039
Financiamento – Fornecedores (20.a.2)	R\$	108,0% do CDI	22/10/16	383.014	-	383.014	1.113.244	-	1.113.244
Arrendamento Financeiro (20.a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	36.895	285.356	322.251	32.291	239.239	271.530
Contraprestação Contingente (20.a.4)	R\$	Selic		-	404.791	404.791	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				478.683	843.472	1.322.155	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				478.683	843.472	1.322.155	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	135.654	260.506	396.160	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	343.029	582.966	925.995	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				1.614.805	3.695.303	5.310.108	1.811.037	3.141.987	4.953.024
				Consolidado					
				30.09.16			31.12.15		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.136.122	2.851.831	3.987.953	2.030.372	2.964.236	4.994.608
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				716.213	2.161.684	2.877.897	765.601	2.325.920	3.091.521
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	352.315	660.045	1.012.360	328.768	898.735	1.227.503
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	R\$	IPCA + 2,95% + TR	15/07/16	-	-	-	30.722	-	30.722
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP (1)	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/07/17	43.811	-	43.811	57.916	28.796	86.712
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	182.087	523.681	705.768	180.206	648.361	828.567
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	14.688	31.619	46.307	14.718	42.564	57.282
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	7.591	406.120	413.711	4.112	262.383	266.495
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	11.488	142.289	153.777	511	120.051	120.562
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	1.495	292.454	293.949	710	146.815	147.525
Financiamento – BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	89.800	68.864	158.664	90.779	136.019	226.798
Financiamento – BNDES PSI	R\$	TJLP+ 5,7% a 9,00%	15/04/16	-	-	-	221	-	221
Financiamento – BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	12.938	36.612	49.550	56.938	42.196	99.134
Financiamento – Fornecedores (20.a.2)	R\$	108,0% do CDI	22/10/16	383.014	-	383.014	1.228.682	-	1.228.682
Arrendamento Financeiro (20.a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	36.895	285.356	322.251	36.089	260.595	296.684
Contraprestação Contingente (20.a.4)	R\$	Selic		-	404.791	404.791	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				478.683	843.472	1.322.155	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				478.683	843.472	1.322.155	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	135.654	260.506	396.160	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	343.029	582.966	925.995	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				1.614.805	3.695.303	5.310.108	2.222.067	4.454.509	6.676.576

Notas Explicativas

- (1) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (2) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (3) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

20.a.1) Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

BNDES FINEM

- Contrato 11.2.0814.1: Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 4,08% a.a.; e (ii) UMBND + 2,38% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

- Contrato 08.2.1073.1: Em 12 de dezembro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento de R\$615.909 com taxas de: (i) IPCA + 2,95% a.a. + TR, prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 6 prestações anuais e sucessivas, sendo liquidada em 15 de julho de 2016; e (ii) TJLP + 2,05 a 2,95% a.a., prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas.

A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada e os recursos foram destinados a investimentos em produtos e serviços de produção nacional. Após autorização do BNDES, em 21 de junho de 2010 houve a liquidação antecipada parcial deste contrato. Os valores apresentados nesta nota consideram a liquidação parcial realizada em 15 de julho de 2010 mais as amortizações contratuais e regulares que se iniciaram em 15 de julho de 2011.

- Contrato 11.2.0963.1: Em 9 de novembro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.184.107, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,38% a.a., prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas; e (ii) 5% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 63 prestações mensais e sucessivas.

A Companhia realizou os saques referentes a este contrato e o valor remanescente de R\$45.490, foi cancelado em 9 de abril de 2014. Esses recursos foram destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando a expansão nas áreas de atuação, modernização dos serviços de telecomunicações e *internet*, além do lançamento de novos serviços.

- Contrato 14.2.1192.1: Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,12% a.a., (ii) 4% a.a., (iii) Selic + 2,32% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Notas Explicativas

Durante o ano de 2015, foram realizados dois saques referentes a este contrato no montante de R\$510.448. Em 8 de julho de 2016, foi realizado novo saque no montante de R\$289.786. Esses recursos são destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação.

BNDES PSI

- Entre 3 de dezembro de 2009 e 17 de agosto de 2010, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de até R\$319.927 (sendo liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 cancelado), com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com um período de carência vencido em 15 de fevereiro de 2012. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 96 prestações mensais e sucessivas.
- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de (i) 5,5% a.a.; (ii) TJLP + 5,7% a.a.; e (iii) TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2012. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 48 prestações mensais e sucessivas. Em 30 de setembro de 2016, todas as linhas já haviam sido liquidadas, sendo que a última liquidação ocorreu em 15 de abril de 2016.
- Em 28 de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2013. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 96 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.
- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$353.483, readequadas posteriormente para R\$225.467, com taxa de 2,5% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2015. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 36 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.
- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2015. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 36 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES descritos anteriormente, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2016 de R\$45.057 (R\$47.346 em 31 de dezembro de 2015), nota 19.

Banco do Nordeste ("BNB")

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com períodos de carência vencidos em 29 de julho de 2008 e 30 de outubro de 2010, respectivamente. Após os períodos de carência são pagos juros e amortizações do principal em 78 e 72 prestações mensais e sucessivas, respectivamente.

A totalidade destas linhas foi sacada e os recursos destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. Em 29 de janeiro de 2015 foi liquidada a primeira linha de financiamento.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2016 era de R\$5.403 (R\$54.039 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

- Em 18 de agosto de 2014, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$31.619 e R\$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com período de carência vencida em 18 de setembro de 2016. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R\$5.719 referente à primeira linha e R\$38.959 referente à segunda linha de financiamento.

Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2016 era de R\$44.147 (R\$45.095 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução 4131

Entre 10 de novembro e 23 de dezembro de 2015 foram tomados empréstimos em moeda estrangeira (dólar) sob o amparo da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil. O montante de US\$285 milhões foi contratado junto às instituições financeiras *Scotiabank* com taxa de 2,05% a.a. e *Bank of America* com taxa de Libor + 2% a.a., ambos com vencimentos de até 2 anos. Para cada uma destas operações, foram contratados derivativos para proteger dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por serem *hedges* efetivos, foi adotada a metodologia de *hedge accounting* de valor justo. Portanto, em 30 de setembro de 2016 o risco coberto destes instrumentos foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Trimestralmente são realizados testes retrospectivos para verificar a eficácia do *hedge*. Em 30 de setembro de 2016 a eficácia foi igual a 100%.

20.a.2) Financiamento - Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento de até 365 dias a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos com o custo líquido médio equivalente a 108,0% do CDI.

20.a.3) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia e controladas obtêm os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referem-se a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Valor nominal a pagar	774.565	735.643	774.565	761.073
Despesa financeira não realizada	(452.314)	(464.113)	(452.314)	(464.389)
Valor presente a pagar	322.251	271.530	322.251	296.684
Circulante	36.895	32.291	36.895	36.089
Não circulante	285.356	239.239	285.356	260.595

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2016:

	Controladora / Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	40.033	36.895
Mais de um ano até cinco anos	168.191	119.565
Mais de cinco anos	566.341	165.791
Total	774.565	322.251

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

20.a.4) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 3) era de R\$344.217 (R\$404.791 em 30 de setembro de 2016), registrado como "Depósitos Judiciais, não circulante". Este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

20.b) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Emissão	Controladora / Consolidado											
	Informações em 30 de setembro de 2016										31.12.15	
	Quantidades		Valor da emissão	Remuneração a a.	Circulante	Não		Total	Circulante	Não		Total
Data de emissão	Data de vencimento	Emitidas				Circulação	Circulante				Circulante	
4ª emissão – Série 3 (1)	15/10/09	15/10/19	810.000	23.557	810.000	IPCA+4,00%	1.432	36.680	38.112	292	33.172	33.464
1ª emissão – Minas Comunica (2)	17/12/07	05/07/21	5.550	5.550	55.500	IPCA+0,50%	-	97.155	97.155	-	91.608	91.608
3ª emissão (3)	10/09/12	10/09/17	200.000	200.000	2.000.000	100% do CDI + 0,75%	2.016.438	-	2.016.438	87.217	1.999.645	2.086.862
4ª emissão (4)	25/04/13	25/04/18	130.000	130.000	1.300.000	100% do CDI + 0,68%	83.005	1.299.381	1.382.386	33.415	1.299.365	1.332.780
Total							2.100.875	1.433.216	3.534.091	120.924	3.423.790	3.544.714

(1) Emissão de 3 séries, públicas, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirografia. A 1ª série (98.000 debêntures) e a 2ª série (640.000 debêntures), foram resgatadas e canceladas em 14 de novembro de 2014 e 13 de novembro de 2015, respectivamente. No processo de repactuação da 3ª série, a Companhia recomprou parcialmente 48.443 debêntures, mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento integral do valor principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do capital de giro.

(2) Emissão de 3 séries, públicas, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirografia. Debêntures subscrita pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais no âmbito do Programa Minas Comunica, visando o atendimento com o SMP a 134 localidades do Estado.

Notas Explicativas

- (3) Série Única, pública, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirografária. Os recursos obtidos foram destinados para investimentos na telefonia móvel 4G (especificamente para a liquidação das licenças adquiridas no leilão 4G) e para a manutenção da liquidez e prolongamento de outras dívidas contraídas.
- (4) Série Única, pública, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirografária. Os recursos obtidos foram destinados para a amortização de dívidas, ao CapEx de projetos desenvolvidos e reforço de liquidez.

Os custos de transação associados aos itens (3) e (4) descritos acima, cujo montante em 30 de setembro de 2016 era de R\$619 (R\$990 em 31 de dezembro de 2015), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

20.c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 30 de setembro de 2016 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado				Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	
2017	784.634	-	35.583	-	820.217
2018	885.171	1.354.911	33.403	-	2.273.485
2019	685.299	50.555	28.443	-	764.297
2020	300.889	13.875	22.136	-	336.900
2021 em diante	349.163	13.875	165.791	404.791	933.620
Total	3.005.156	1.433.216	285.356	404.791	5.128.519

20.d) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES (nota 20.a) e debêntures (todas as descritas na nota 20.b) possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

20.e) Garantias

Em 30 de setembro de 2016, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Credores	Saldos	Garantias
BNDES	R\$1.012.360 (URTJLP) R\$396.160 (UMBND) R\$158.664 (PSI) ----- R\$1.163.290 (URTJLP) R\$293.949 (UMSELIC) R\$200.084 (Pré)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2011): Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato PSI (Pré): alienação dos ativos financiados. <ul style="list-style-type: none"> • Contratos (2008, 2011 e 2014): Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior
BNB	R\$5.403 ----- R\$44.147	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$32.001 e R\$29.010 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente. <ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$10.805 e R\$9.795 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

20.f) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

Notas Explicativas

	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	12.580	-	43.345	-	-	55.925
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	145.831	402.858	9.628	-	19.530	577.847
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Variação cambial	312.712	-	-	-	-	312.712
Baixas (pagamentos)	(1.582.533)	(373.563)	(21.112)	-	-	(1.977.208)
Combinação de negócios (nota 3)	-	-	-	-	344.217	344.217
Saldo em 30.09.15	2.289.237	4.196.329	262.205	-	363.747	7.111.518
Ingressos	1.102.630	-	6.285	1.113.267	-	2.222.182
Encargos financeiros	38.695	126.154	11.382	18.911	13.974	209.116
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Variação cambial	(25.039)	-	-	-	-	(25.039)
Baixas (pagamentos)	(214.994)	(777.893)	(8.342)	(18.934)	-	(1.020.163)
Saldo em 31.12.15	3.190.529	3.544.714	271.530	1.113.244	377.721	8.497.738
Ingressos	289.786	-	2.675	293.064	-	585.525
Subvenção governamental (nota 19)	(8.681)	-	-	-	-	(8.681)
Encargos financeiros	319.734	369.565	52.323	31.616	27.070	800.308
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Variação cambial	(281.020)	-	-	-	-	(281.020)
Baixas (pagamentos)	(842.962)	(380.559)	(26.352)	(1.054.910)	-	(2.304.783)
Incorporação (nota 1c)	1.532.666	-	22.075	-	-	1.554.741
Saldo em 30.09.16	4.200.052	3.534.091	322.251	383.014	404.791	8.844.199

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	12.580	-	43.345	-	-	55.925
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	219.216	402.858	9.628	-	19.530	651.232
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Variação cambial	1.248.147	-	-	-	-	1.248.147
Baixas (pagamentos)	(6.016.590)	(373.563)	(21.112)	-	-	(6.411.265)
Combinação de negócios (nota 3)	6.887.448	-	-	169.519	344.217	7.401.184
Saldo em 30.09.15	5.751.448	4.196.329	262.205	169.519	363.747	10.743.248
Ingressos	1.272.630	-	31.439	1.132.357	-	2.436.426
Encargos financeiros	89.034	126.154	11.382	29.243	13.974	269.787
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Variação cambial	(86.768)	-	-	-	-	(86.768)
Baixas (pagamentos)	(2.252.855)	(777.893)	(8.342)	(102.499)	-	(3.141.589)
Combinação de negócios (nota 3)	-	-	-	62	-	62
Saldo em 31.12.15	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290
Ingressos	289.786	-	2.675	293.064	-	585.525
Subvenção governamental (nota 19)	(8.681)	-	-	-	-	(8.681)
Encargos financeiros	359.361	369.565	53.084	31.721	27.070	840.801
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Variação cambial	(281.020)	-	-	-	-	(281.020)
Baixas (pagamentos)	(932.883)	(380.559)	(30.192)	(1.170.453)	-	(2.514.087)
Saldo em 30.09.16	4.200.052	3.534.091	322.251	383.014	404.791	8.844.199

Notas Explicativas

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Licenças de autorização (1)	1.035.118	952.651	1.035.118	952.651
Grupamento e fracionamento de ações (2)	-	32.252	-	32.252
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	147.712	181.337	112.068	121.986
Ônus de renovação de licenças (3)	197.055	151.496	197.055	151.496
Retenções de terceiros (4)	195.058	173.154	197.069	196.626
Valores a restituir a assinantes	161.337	110.205	163.552	113.354
Outras obrigações	93.724	67.625	93.881	108.214
Total	1.830.004	1.668.720	1.798.743	1.676.579
Circulante	1.576.152	1.006.901	1.564.770	1.010.657
Não circulante	253.852	661.819	233.973	665.922

- (1) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.
- (2) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações (ordinárias e preferencias) decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.
- (3) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.
- (4) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$63.571.416. O capital subscrito e integralizado era representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%
Total de ações (exceto em tesouraria)	569.354.053	99,60%	1.119.339.972	100,00%	1.688.694.025	99,86%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	734	0,00%	2.290.898	0,14%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%

Valor Patrimonial por ação (exceto em tesouraria):

Em 30.09.16	R\$	40,66
Em 31.12.15	R\$	40,60

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Notas Explicativas

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação Societária

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013) / CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$75.388.

c) Reservas de Capital

c.1) Outras Reservas de Capital

Esta rubrica inclui o montante de R\$63.074, referente ao benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99.

Inclui também, o montante de R\$1.372.683, referente ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão e os custos diretos (líquidos de tributos) relacionados a aumentos de capital ocorridos durante o exercício de 2015.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.435.757.

c.2) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes do processo de aquisição e incorporação de ações da GVTPart., encerrado em 30 de junho de 2015. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 3), bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia e consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive).

Em decorrência deste processo, a Companhia efetuou o pagamento de R\$87.805 aos acionistas que exerceram o direito de recesso, incluindo no caso de acionistas que solicitaram o levantamento de balanço especial, representando 2.290.989 ações, sendo 2.290.164 ações ordinárias e 734 ações preferenciais. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$87.805.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.703.643.

d.2) Reserva Especial para Expansão e Modernização

Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital, submetido e aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas, em 28 de abril de 2016, a Companhia constituiu a reserva especial para expansão e modernização no montante de R\$700.000, a qual será utilizada para o custeio parcial do orçamento de capital para o exercício de 2016.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$700.000.

d.3) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2016 era de R\$14.432 (R\$6.928 em 31 de dezembro de 2015).

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1) Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2015

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2015, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.287.223, equivalente a R\$0,71487468232 e R\$0,78636215055 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.287.223.

e.2) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários que, conforme previsto no artigo 27, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016, conforme segue:

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Base do Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
19/02/2016	29/02/2016	Até 31/12/17	63.239	136.761	200.000	53.753	116.247	170.000	0,094411	0,103853
18/03/2016	31/03/2016	Até 31/12/17	106.559	230.441	337.000	90.575	195.875	286.450	0,159083	0,174992
18/04/2016	29/04/2016	Até 31/12/17	69.563	150.437	220.000	59.129	127.871	187.000	0,103853	0,114238
17/06/2016	30/06/2016	Até 31/12/17	50.908	110.092	161.000	43.272	93.578	136.850	0,076001	0,083601
19/09/2016	30/09/2016	Até 31/12/17	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,306837	0,337521
Total			495.797	1.072.203	1.568.000	421.427	911.373	1.332.800		

(1) Valores calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte.

(2) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

e.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reverteu o valor de dividendos prescritos no montante de R\$66.060.

Notas Explicativas

f) Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte efetiva dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquida dos tributos:

	Consolidado				Total
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 31.12.14	(7.702)	227.821	12.346	-	232.465
Variação cambial	-	-	25.900	-	25.900
Ganhos de contratos futuros	-	139.971	-	-	139.971
Reclassificação dos ganhos com <i>cash flow hedge</i> para ágio	-	(377.373)	-	-	(377.373)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.080)	-	-	(251)	(1.331)
Saldos em 30.09.15	(8.782)	(9.581)	38.246	(251)	19.632
Variação cambial	-	-	(4.221)	-	(4.221)
Ganhos de contratos futuros	-	9.960	-	-	9.960
Ganhos (perdas) em ativos financeiros disponíveis para venda	(154)	-	-	251	97
Saldos em 31.12.15	(8.936)	379	34.025	-	25.468
Variação cambial	-	-	(13.250)	-	(13.250)
Perdas de contratos futuros	-	(3.800)	-	-	(3.800)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	178	-	-	-	178
Saldos em 30.09.16	(8.758)	(3.421)	20.775	-	8.596

g) Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social.

Até 30 de setembro de 2016 não ocorreu aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Receita operacional bruta	15.592.940	12.793.668	43.639.922	38.337.481
Serviços de Telecomunicações (1)	14.788.599	11.830.976	41.285.795	35.570.706
Venda de mercadorias e aparelhos	804.341	962.692	2.354.127	2.766.775
Deduções da receita operacional bruta	(5.481.830)	(4.256.680)	(15.258.058)	(12.964.336)
Serviços de Telecomunicações	(4.985.101)	(3.716.327)	(13.823.153)	(11.342.582)
Tributos	(3.582.926)	(2.990.593)	(10.324.650)	(9.003.455)
Descontos concedidos	(1.402.175)	(725.734)	(3.498.503)	(2.339.127)
Venda de mercadorias e aparelhos	(496.729)	(540.353)	(1.434.905)	(1.621.754)
Tributos	(142.316)	(146.084)	(421.409)	(410.486)
Descontos concedidos e devoluções	(354.413)	(394.269)	(1.013.496)	(1.211.268)
Receita operacional líquida	10.111.110	8.536.988	28.381.864	25.373.145

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Receita operacional bruta	16.259.140	16.080.354	48.294.193	44.702.205
Serviços de Telecomunicações (1)	15.396.312	15.039.043	45.801.170	41.736.609
Venda de mercadorias e aparelhos	862.828	1.041.311	2.493.023	2.965.596
Deduções da receita operacional bruta	(5.565.775)	(5.499.574)	(16.659.383)	(15.176.222)
Serviços de Telecomunicações	(5.063.295)	(4.949.239)	(15.212.250)	(13.531.651)
Tributos	(3.655.796)	(3.509.708)	(11.030.081)	(10.003.554)
Descontos concedidos	(1.407.499)	(1.439.531)	(4.182.169)	(3.528.097)
Venda de mercadorias e aparelhos	(502.480)	(550.335)	(1.447.133)	(1.644.571)
Tributos	(148.048)	(156.066)	(433.618)	(433.303)
Descontos concedidos e devoluções	(354.432)	(394.269)	(1.013.515)	(1.211.268)
Receita operacional líquida	10.693.365	10.580.780	31.634.810	29.525.983

(1) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram de R\$246.758 e R\$145.389, respectivamente (nota 24).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de três meses findos em							
	30.09.16				30.09.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(207.349)	(529.510)	(186.985)	(923.844)	(132.480)	(461.817)	(50.187)	(644.484)
Serviços de terceiros	(1.221.255)	(1.567.357)	(297.322)	(3.085.934)	(1.013.276)	(1.469.206)	(183.847)	(2.666.329)
Interconexão e uso de rede	(450.249)	-	-	(450.249)	(622.070)	-	-	(622.070)
Publicidade e propaganda	-	(264.102)	-	(264.102)	-	(240.567)	-	(240.567)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(611.167)	(23.285)	(46.813)	(681.265)	(467.048)	(32.578)	(47.454)	(547.080)
Impostos, taxas e contribuições	(489.119)	(789)	(24.520)	(514.428)	(325.187)	(456)	(27.469)	(353.112)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(322.828)	-	(322.828)	-	(281.099)	-	(281.099)
Depreciação e amortização (2)	(1.485.866)	(367.057)	(113.332)	(1.966.255)	(1.083.371)	(235.664)	(89.075)	(1.408.110)
Custo das mercadorias vendidas	(476.150)	-	-	(476.150)	(648.382)	-	-	(648.382)
Material e outros custos e despesas operacionais	(24.006)	(50.011)	(9.015)	(83.032)	(23.322)	(38.052)	2.968	(58.406)
Total	(4.965.161)	(3.124.939)	(677.987)	(8.768.087)	(4.315.136)	(2.759.439)	(395.064)	(7.469.639)

	Controladora							
	Períodos de nove meses findos em							
	30.09.16				30.09.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(602.351)	(1.487.944)	(492.888)	(2.583.183)	(372.335)	(1.283.028)	(243.782)	(1.899.145)
Serviços de terceiros	(3.432.067)	(4.505.722)	(862.240)	(8.800.029)	(2.902.577)	(4.393.824)	(596.577)	(7.892.978)
Interconexão e uso de rede	(1.426.763)	-	-	(1.426.763)	(1.930.637)	-	-	(1.930.637)
Publicidade e propaganda	-	(723.656)	-	(723.656)	-	(702.469)	-	(702.469)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(1.665.013)	(92.698)	(138.953)	(1.896.664)	(1.342.463)	(102.068)	(136.673)	(1.581.204)
Impostos, taxas e contribuições	(1.382.006)	(3.480)	(56.251)	(1.441.737)	(1.229.928)	(2.528)	(34.936)	(1.267.392)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(900.456)	-	(900.456)	-	(824.644)	-	(824.644)
Depreciação e amortização (2)	(4.082.646)	(956.027)	(317.174)	(5.355.847)	(3.262.496)	(697.690)	(258.822)	(4.219.008)
Custo das mercadorias vendidas	(1.475.816)	-	-	(1.475.816)	(1.794.468)	-	-	(1.794.468)
Material e outros custos e despesas operacionais	(62.900)	(130.132)	(29.360)	(222.392)	(73.089)	(122.329)	(2.007)	(197.425)
Total	(14.129.562)	(8.800.115)	(1.896.866)	(24.826.543)	(12.907.993)	(8.128.580)	(1.272.797)	(22.309.370)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Períodos de três meses findos em							
	30.09.16				30.09.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(216.849)	(531.770)	(190.331)	(938.950)	(227.775)	(550.235)	(105.043)	(883.053)
Serviços de terceiros	(1.463.876)	(1.576.829)	(292.231)	(3.332.936)	(1.456.315)	(1.581.237)	(214.060)	(3.251.612)
Interconexão e uso de rede	(453.651)	-	-	(453.651)	(651.416)	-	-	(651.416)
Publicidade e propaganda	-	(264.102)	-	(264.102)	-	(298.391)	-	(298.391)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(612.978)	(23.471)	(46.874)	(683.323)	(548.131)	(37.686)	(48.577)	(634.394)
Impostos, taxas e contribuições	(496.284)	(789)	(24.916)	(521.989)	(356.308)	(642)	(27.001)	(383.951)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(342.543)	-	(342.543)	-	(349.376)	-	(349.376)
Depreciação e amortização (2)	(1.491.917)	(367.066)	(113.559)	(1.972.542)	(1.423.198)	(328.459)	(93.279)	(1.844.936)
Custo das mercadorias vendidas	(513.550)	-	-	(513.550)	(689.092)	-	-	(689.092)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(23.865)	(50.048)	(8.828)	(82.741)	(29.547)	(47.512)	(41)	(77.100)
Total	(5.272.970)	(3.156.618)	(676.739)	(9.106.327)	(5.381.782)	(3.193.538)	(488.001)	(9.063.321)

	Consolidado							
	Períodos de nove meses findos em							
	30.09.16				30.09.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(770.880)	(1.575.431)	(525.266)	(2.871.577)	(537.808)	(1.429.168)	(329.762)	(2.296.738)
Serviços de terceiros	(4.384.522)	(4.595.885)	(908.648)	(9.889.055)	(3.887.479)	(4.587.199)	(667.371)	(9.142.049)
Interconexão e uso de rede	(1.461.279)	-	-	(1.461.279)	(1.980.938)	-	-	(1.980.938)
Publicidade e propaganda	-	(775.418)	-	(775.418)	-	(797.653)	-	(797.653)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(1.768.588)	(102.354)	(139.785)	(2.010.727)	(1.480.942)	(110.466)	(138.426)	(1.729.834)
Impostos, taxas e contribuições	(1.430.395)	(4.713)	(61.295)	(1.496.403)	(1.289.573)	(3.110)	(35.197)	(1.327.880)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.003.976)	-	(1.003.976)	-	(958.588)	-	(958.588)
Depreciação e amortização (2)	(4.469.743)	(1.052.066)	(317.339)	(5.839.148)	(3.821.476)	(851.687)	(271.763)	(4.944.926)
Custo das mercadorias vendidas	(1.565.118)	-	-	(1.565.118)	(1.904.325)	-	-	(1.904.325)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(79.348)	(137.440)	(38.860)	(255.648)	(84.529)	(137.904)	(6.736)	(229.169)
Total	(15.929.873)	(9.247.283)	(1.991.193)	(27.168.349)	(14.987.070)	(8.875.775)	(1.449.255)	(25.312.100)

(1) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram de R\$246.758 e R\$145.389, respectivamente (nota 23).

(2) Os montantes de 30 de setembro de 2016 incluem R\$7.759 (R\$33.874 em 30 de setembro de 2015), referente a créditos de PIS e COFINS não cumulativos.

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Multas e despesas recuperadas	109.163	111.609	348.429	307.706
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 18)	(229.301)	(252.259)	(713.451)	(692.426)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	(7.267)	(4.552)	458.380	(10.905)
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(19.757)	5.102	(2.733)	(15.160)
Total	(147.162)	(140.100)	90.625	(410.785)
Outras receitas operacionais	84.872	160.446	806.809	404.158
Outras despesas operacionais	(232.034)	(300.546)	(716.184)	(814.943)
Total	(147.162)	(140.100)	90.625	(410.785)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Multas e despesas recuperadas	109.979	128.340	369.832	337.474
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 18)	(232.539)	(299.723)	(744.489)	(761.299)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	(5.880)	(14.548)	465.391	(21.918)
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(20.870)	2.983	2.776	(15.827)
Total	(149.310)	(182.948)	93.510	(461.570)
Outras receitas operacionais	83.229	178.767	837.999	439.224
Outras despesas operacionais	(232.539)	(361.715)	(744.489)	(900.794)
Total	(149.310)	(182.948)	93.510	(461.570)

- (1) O montante do 1º trimestre de 2016, inclui R\$476.371 (líquidos dos valores residuais) referente à alienação de 1.655 torres de transmissão da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda (antiga Towerco Latam Brasil Ltda (nota 29)). Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienados para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 19).

- (2) Nesta mesma transação, descrita no item (1), a Companhia alienou a cessão de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899 (nota 29).

26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	194.740	196.115	452.154	548.354
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	376	18.678	35.383	53.532
Ganho com operações com derivativos	204.116	205.038	822.813	1.691.478
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	4.327	57	408.242	66.706
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	130.657	224.175	254.677	423.054
Outras receitas financeiras	18.825	657	26.482	305
Total	553.041	644.720	1.999.751	2.783.429
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(292.903)	(161.027)	(800.308)	(577.847)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(12.316)	(163.572)	(127.222)	(379.418)
Perdas com operações com derivativos	(216.435)	(120.992)	(1.137.877)	(1.316.382)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(38.182)	(52.524)	(202.396)	(149.638)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(267.327)	(221.436)	(563.873)	(524.176)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(45.141)	(52.169)	(112.044)	(155.519)
Total	(872.304)	(771.720)	(2.943.720)	(3.102.980)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	211.671	223.769	509.301	631.891
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	3.199	20.826	60.298	60.201
Ganho com operações com derivativos	204.116	953.518	822.813	2.440.569
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	4.327	57	408.242	80.426
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	130.722	237.291	253.185	446.699
Outras receitas financeiras	25.483	674	46.312	1.949
Total	579.518	1.436.135	2.100.151	3.661.735
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(292.903)	(201.662)	(840.801)	(651.232)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(12.316)	(907.827)	(127.222)	(1.328.573)
Perdas com operações com derivativos	(216.435)	(207.398)	(1.137.877)	(1.432.226)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(40.649)	(58.590)	(210.339)	(157.557)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(268.125)	(252.325)	(562.979)	(571.749)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(45.428)	(66.873)	(140.123)	(168.317)
Total	(875.856)	(1.694.675)	(3.019.341)	(4.309.654)

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015.

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Lucro antes dos tributos	1.049.388	981.032	3.325.147	2.841.674
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(356.792)	(333.551)	(1.130.550)	(966.169)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	58.749	61.466	211.878	172.800
Dividendos prescritos	-	-	-	(6.552)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(20.881)	(31.336)	(80.563)	(103.250)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	221.000	205.700	533.120	380.800
Outras (adições) exclusões	1.226	2.854	11.384	16.397
Débito tributário	(96.698)	(94.867)	(454.731)	(505.974)
Taxa efetiva	9,2%	9,7%	13,7%	17,8%
IRPJ e CSLL corrente	75.059	(21.072)	(184.998)	(362.113)
IRPJ e CSLL diferido	(171.757)	(73.795)	(269.733)	(143.861)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Lucro antes dos tributos	1.141.663	1.076.768	3.641.778	3.105.863
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(388.165)	(366.101)	(1.238.205)	(1.055.993)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	92	271	339	500
Dividendos prescritos	-	-	-	(6.552)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(22.522)	(35.561)	(84.077)	(110.322)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	221.000	205.700	533.120	380.800
Outras (adições) exclusões	622	5.088	17.461	21.404
Débito tributário	(188.973)	(190.603)	(771.362)	(770.163)
Taxa efetiva	16,6%	17,7%	21,2%	24,8%
IRPJ e CSLL corrente	(818)	(145.268)	(475.273)	(706.457)
IRPJ e CSLL diferido	(188.155)	(45.335)	(296.089)	(63.706)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

28) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das ITRs consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.16	30.09.15	30.09.16	30.09.15
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	952.690	886.165	2.870.416	2.335.700
Ordinárias	301.238	280.203	907.618	740.871
Preferenciais	651.452	605.962	1.962.798	1.594.829
Número de Ações:	1.688.694	1.688.694	1.688.694	1.424.553
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	569.354	569.354	569.354	481.765
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	1.119.340	1.119.340	1.119.340	942.788
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias	0,53	0,49	1,59	1,54
Ações preferenciais	0,58	0,54	1,75	1,69

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefônica;
- Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

Notas Explicativas

- e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha, Telefónica USA e Media Net Br;
- g) Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos), prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefônica Transportes e Logística. Os montantes do exercício de 2015, referem-se ao período de janeiro a outubro de 2015, mês em que esta empresa foi adquirida pela TData;
- i) Serviços de provedor de conteúdo, prestados pela Terra Networks Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plano de ações aos colaboradores da Companhia e controladas, vinculado a aquisição de ações da Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement (CSA)*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a Telefónica Internacional e Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo Telefónica pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-learning*;
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica;
- t) Tecnologias utilizadas de forma inovadora pela Fundação Telefônica, para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestados pela Telefónica Compras Electrónicas;
- w) Midia Digital, serviços de comercialização e exploração de marketing digital *in-store* e *outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil; e
- x) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil (antiga Towerco Latam Brasil).

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Notas Explicativas

		Balço Patrimonial - Ativo								
		Em 30.09.16			Ativo não circulante		Em 31.12.15			Ativo não circulante
		Ativo circulante		Outros ativos	Outros ativos	Ativo circulante		Outros ativos	Outros ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas							
Empresas	Natureza da transação									
Controladoras										
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	50	4.103	542	-	16	3.984	532	
Telefónica Internacional	d) / l)	-	-	192.284	-	-	-	124.775	-	
Telefónica	l)	-	-	647	9	-	-	3.248	6	
		-	50	197.034	551	-	16	132.007	538	
Outras empresas do grupo										
Telefónica USA	j)	-	2.654	-	-	-	4.909	-	-	
Telefónica Peru	k)	-	391	-	-	-	912	-	-	
Telefónica Inteligência e Segurança do Brasil	a) / d) / l)	-	446	595	350	-	301	569	350	
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil	a) / d) / k) / l)	-	9.965	3.707	76	-	10.416	172	76	
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	81.331	-	-	-	117.356	-	-	
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	-	8.162	-	-	-	15.555	-	-	
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	-	2.514	610	3.679	-	4.357	1.681	3.236	
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	9.960	7.503	46	-	4.651	7.440	46	
Telefónica Global Technology	l)	-	1.607	10.704	-	-	1.934	9.353	-	
Telefónica Learning Services Brasil	a)	-	66	-	-	-	58	-	-	
Companhia AIX de Participações	a)	-	64	-	-	-	8	-	-	
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d)	-	2.105	6	12	-	4	4	13	
Fundação Telefónica	a) / d) / l)	-	-	-	-	-	-	49	96	
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	1.927	4.114	-	-	1.932	4.827	-	
Telefónica Moviles Argentina	k)	-	4.459	-	-	-	2.057	-	-	
Telefónica Moviles Del Chile	k)	-	9.417	355	-	-	8.708	417	-	
Pegaso PCS	k)	-	5.173	-	-	-	5.175	-	-	
OtoceI	k)	-	483	-	-	-	123	-	-	
Telefónica Moviles Del Uruguay	k)	-	578	-	-	-	916	-	-	
Telefonica UK LTD (O2 UK LTD)	k)	-	8.459	-	-	-	15.615	-	-	
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	6.820	-	-	-	6.811	-	-	
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	-	6.161	-	-	-	2.530	-	-	
Telfisa	q)	83.706	-	-	-	99.609	-	-	-	
Telxius Torres Brasil (antiga Towerco Latam Brasil (1))	x)	-	22.420	4.647	-	-	-	-	-	
Telefónica Moviles Panama	k)	-	1.045	-	-	-	1.137	-	-	
Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d)	-	452	6	-	-	398	6	-	
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d)	-	91	19	40	-	137	10	40	
Outras	a) / d) / k) / l) / p) / w)	-	996	736	125	-	941	854	524	
		83.706	187.746	33.002	4.328	99.609	206.941	25.382	4.381	
Total		83.706	187.796	230.036	4.879	99.609	206.957	157.389	4.919	

Notas Explicativas

		Balço Patrimonial - Passivo					
		Em 30.09.16			Em 31.12.15		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	-	125	57	-	-	57
Telefónica Internacional	l) / o)	51.445	-	8	63.280	-	-
Telefónica	l) m) / n)	2.317	84.744	-	898	86.596	-
		53.762	84.869	65	64.178	86.596	57
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	f)	9.279	-	168	17.786	122	202
Telefónica Peru	k)	2.927	-	-	2.894	-	-
Telefónica Inteligência e Segurança do Brasil	c)	8.695	19	10	5.234	-	8
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	100.345	1.856	378	35.299	1.673	378
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	f) / k)	48.035	8	-	16.501	19.208	-
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	5.009	-	-	14.437	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	-	2.475	632	1.904	2.115	1.745
Terra Networks Brasil	i)	9.800	78	769	5.647	78	769
Telefónica Global Technology	e)	13.200	-	-	14.071	-	-
Telefónica Digital España	o)	49.055	-	-	30.311	-	-
Media Networks Latina America SAC	b)	19.337	-	-	45.866	-	-
Telefónica Learning Services Brasil	r)	16.735	-	-	10.607	-	-
Companhia AIX de Participações	u)	1.835	-	-	1.601	-	-
Telefónica Factoring do Brasil	s)	-	6.154	-	-	8.400	-
Fundação Telefónica	t)	-	143	-	-	22	266
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	2.475	-	-	1.500	-	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	25.408	-	-	14.738	-	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	13.793	-	-	8.027	-	-
Telefónica Mviles Del Chile	k)	9.749	-	-	9.758	-	-
Pegaso PCS	k)	2.019	-	-	354	-	-
Otocel	k)	3.025	-	-	3.056	-	-
Telefónica Mviles Del Uruguay	k)	1.725	-	-	1.342	-	-
Telefónica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	3.808	-	-	4.800	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	4.645	-	-	991	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	4.485	-	-	416	-	-
Telxius Torres Brasil (antiga Towerco Latam Brasil (1))	x)	35.470	14.097	-	-	-	-
Telefónica Mviles Panama	k)	639	-	-	362	-	-
Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil	w)	3.067	-	-	1.213	-	-
Telefónica Global Roaming	k)	3.109	-	-	2.744	-	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	f)	8.510	-	318	16	-	318
Outras	h) / k)	1.035	-	29	658	-	29
		407.214	24.830	2.304	252.133	31.618	3.715
Total		460.976	109.699	2.369	316.311	118.214	3.772

Notas Explicativas

Empresas	Demonstração dos Resultados		
	Períodos de nove meses findos em		
	Natureza da transação	30.09.16	30.09.15
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	47	(240)
Telefônica Internacional	d) / l) / o)	71.860	94.536
Telefônica	l) / m) / n)	(240.588)	(290.381)
		(168.681)	(196.085)
Outras empresas do grupo			
Telefônica USA	f) / j)	(8.199)	465
Telefônica Peru	k)	(1.035)	(2.243)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(25.394)	(20.057)
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / k) / l)	(189.430)	(178.593)
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	(3.608)	34.821
Telefônica Mviles Del Espanha	k)	(2.838)	368
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	1.038	(6.183)
Telefônica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	-	(43.724)
Terra Networks Brasil	a) / d) / i) / l)	(2.879)	1.861
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	(22.463)	(4.468)
Telefônica Digital España	l) / o)	(29.787)	(36.880)
Media Networks Latina America SAC	b)	(5.017)	(28.550)
T. learning Services Brasil	a) / r)	(32.872)	(31.271)
Companhia AIX de Participações	a) / u)	(15.755)	(14.388)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	557	83
Fundação Telefônica	a) / d) / l) / t)	(8.950)	(8.859)
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	(3.082)	1.645
Telefônica Compras Electrónicas	v)	(35.874)	(3.007)
Telefônica Mviles Argentina	k)	(5.659)	(3.883)
Telefônica Mviles Del Chile	k)	259	(2.500)
Pegaso PCS	k)	(5.167)	(1.452)
Otocel	k)	(109)	(588)
Telefônica Mviles Del Uruguay	k)	(1.602)	(1.439)
Telefonica UK LTD. (O2 UK LTD)	k)	(863)	1.024
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(4.301)	(828)
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	(451)	493
Telxius Torres Brasil (antiga Towerco Latam Brasil (1))	x)	(46.595)	-
Telefônica Mviles Panama	k)	(911)	(317)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d) / w)	(2.137)	-
Telefonica Global Roaming	k)	(6.074)	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d) / f)	(4.059)	522
Outras	a) / d) k) / l) / p) / w)	(67)	3.277
		(463.324)	(344.671)
Total		(632.005)	(540.756)

- (1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Infraestrutura, de Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Avenças ("contrato") com a Telxius Torres Brasil Ltda (antiga Towerco Latam Brasil Ltda) (empresa controlada pela Telefônica). O objeto do contrato refere-se a compra e venda de 1.655 estruturas de torres, cessão dos contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento. O valor total do contrato foi de R\$760.000, sendo este valor composto por R\$719.101 referentes às infraestruturas de torres e R\$40.899 referentes a carteira de clientes.

As condições do contrato foram elaboradas levando-se em conta a (i) transações anteriores de mesma natureza realizadas entre a Companhia e outras empresas do mercado; (ii) laudo de avaliação dos ativos objeto do contrato, realizado por ruma empresa especializada independente; e (iii) *business plan* interno demonstrando que a operação é rentável para a Companhia.

A seguir, demonstramos um resumo da transação descrita acima:

Impactos no Balanço Patrimonial		
Descrição	Grupo do Balanço Patrimonial	R\$ mil
Valor a receber da Telxius Torres Brasil Ltda (antiga Towerco Latam Brasil Ltda)	Créditos com partes relacionadas (1)	760.000
Valor da baixa dos valores residuais das torres	Ativo imobilizado (nota 12)	(99.210)
Valor das torres enquadradas como arrendamento financeiro	Arrendamento financeiro (nota 20)	2.674
Valor das torres aguardando condições contratuais para repasse	Receitas diferidas (nota 19)	140.846
Valor de IR, CS, PIS e Cofins, incidentes sobre torres a carteira de clientes	Impostos, taxas e contribuições (IR, CS, PIS e Cofins) (nota 16)	226.908
Valor de IR e CS diferidos	Tributos diferidos (IR e CS) (nota 7.2)	(48.539)
Valor do resultado líquido da transação	Resultado líquido da transação	338.901

- (1) Em 8 de abril de 2015, a Telxius Torres Brasil Ltda (antiga Towerco Latam Brasil Ltda) realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente a esta transação.

Notas Explicativas

Impactos na Demonstração dos Resultados		
Descrição	Grupo da DRE	R\$ mil
Valor da alienação das torres (exceto retenção e arrendamento financeiro)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	575.580
Valor da baixa do valor residual	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(99.210)
Valor da carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	40.899
Valor de PIS e Cofins, incidentes sobre carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(3.783)
Efeito no resultado operacional		513.486
Valor de IR e CS, incidentes sobre torres a carteira de clientes	Imposto de renda e contribuição social (nota 27)	(174.585)
Efeito líquido no resultado da transação	Efeito líquido no resultado da transação	338.901

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi de R\$45.235 e R\$72.533, respectivamente. Destes montantes, R\$33.710 (R\$31.905 em 30 de setembro de 2015) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$11.525 (R\$40.628 em 30 de setembro de 2015) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 30 de setembro de 2016, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$1.047.826 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefônica. Sobre o co-investimento do participante a Telefônica incrementará as ações iniciais em mais 25%.

Notas Explicativas

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return - TSR*) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2012-2015 foi finalizado em junho de 2015 e, com o atingimento do TSR, 68 executivos da Companhia tiveram o direito de receber 258.552 ações da Telefónica.

O ciclo 2013-2016 foi finalizado em junho de 2016 e não houve o atingimento do TSR, sendo assim, não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- 4º Ciclo (1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2017): com 58 executivos ativos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 236.961 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais e co-investimento). O valor unitário da cotação da ação da Telefónica na data da designação deste ciclo era de Eur 12,1168.
- 5º Ciclo (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): com 100 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 637.090 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais e co-investimento). O valor unitário da cotação da ação da Telefónica na data da designação deste ciclo era de Eur 11,7994.

b) Plano *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- 1º Ciclo (1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2017): tendo o direito potencial de receber 55.000 ações da Telefónica. O valor unitário da cotação da ação da Telefónica na data da designação deste ciclo era de Eur 12,1168.
- 2º Ciclo (1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2018): tendo o direito potencial de receber 86.000 ações da Telefónica. O valor unitário da cotação da ação da Telefónica na data da designação deste ciclo era de Eur 11,7994.

Notas Explicativas

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (“GESP”)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

32) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Entidade	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	Benefício Definido (BD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 33 - Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Financeiras da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica – Lei 9.656/98, todos os demais planos de benefícios apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávits* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e Controlada.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e Controlada.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

	Consolidado		
	Planos <i>superavitários</i>	Planos <i>deficitários</i>	Total
Saldos em 31.12.14	14.653	(456.129)	(441.476)
Custo do serviço corrente	(2.010)	(62)	(2.072)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.338	(38.379)	(37.041)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.894	4.839	6.733
Saldos em 30.09.15	15.875	(489.731)	(473.856)
Custo do serviço corrente	(672)	(5.658)	(6.330)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	450	(4.697)	(4.247)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	213	6.083	6.296
Efeitos em resultados abrangentes	625.774	(224.281)	401.493
Transferências de reservas entre planos	(632.941)	632.941	-
Combinações de negócios (Aquisição da TGLog. pela TData)	25	-	25
Saldos em 31.12.15	8.724	(85.343)	(76.619)
Custo do serviço corrente	(2.155)	(2.024)	(4.179)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	977	(7.174)	(6.197)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	2.178	12.616	14.794
Saldos em 30.09.16	9.724	(81.925)	(72.201)

As movimentações demonstradas no quadro acima foram realizadas com base nas premissas e projeções produzidas nas avaliações atuariais de 31 de dezembro de 2015 e 2014. Com exceção das contribuições e benefícios pagos pelos empregadores, que refletem os valores efetivados ao longo dos períodos.

Notas Explicativas

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado os montantes consolidados de R\$9.724 e R\$8.724 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, nota 10.

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Operações com Derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxo de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis. Quanto às opções, é considerada a variação de valor justo das mesmas em relação ao prêmio inicial pago.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo classificados como *swaps* e opções, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora / Consolidado				Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Ponta Ativa	2.966.358	3.154.484	3.043.800	3.674.083	232.097	498.864
Moeda estrangeira	1.681.659	1.652.802	1.704.979	2.141.243	174.288	457.351
US\$ (1) (2)	803.483	781.473	801.473	934.492	81.149	216.475
EUR (2)	68.670	89.118	67.728	92.566	78	2.735
LIBOR US\$ (1)	728.351	782.211	835.778	1.114.185	93.061	238.141
Opções US\$ (7)	81.155	-	-	-	-	-
Taxa pós	960.596	1.064.647	903.110	1.030.332	29.970	19.328
CDI (1) (2)	254.883	172.116	185.641	173.321	4.081	7
TJLP (4)	705.713	892.531	717.469	857.011	25.889	19.321
Índices de inflação	324.103	437.035	435.711	502.508	27.839	22.185
IPCA (3) (5)	197.819	209.051	273.515	239.099	23.123	16.248
IGPM (6)	126.284	227.984	162.196	263.409	4.716	5.937
Ponta Passiva	(2.893.331)	(3.154.485)	(3.020.715)	(3.409.326)	(221.534)	(234.107)
Taxa Pré	(81.155)	-	-	-	(12.520)	-
Opções US\$ (7)	(81.155)	-	-	-	(12.520)	-
Taxa pós	(2.528.585)	(2.853.704)	(2.641.324)	(2.935.269)	(208.868)	(228.982)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(2.528.585)	(2.853.704)	(2.641.324)	(2.935.269)	(208.868)	(228.982)
Moeda estrangeira	(283.591)	(300.781)	(379.391)	(474.057)	(146)	(5.125)
US\$ (1) (2)	(181.856)	(161.692)	(181.706)	(167.318)	(146)	(4.472)
EUR (2)	-	(10.424)	-	(10.612)	-	(143)
LIBOR US\$ (1)	(101.735)	(128.665)	(197.685)	(296.127)	-	(510)
Ponta ativa					232.097	498.864
Circulante					64.046	81.306
Não Circulante					168.051	417.558
Ponta passiva					(221.534)	(234.107)
Circulante					(160.955)	(151.686)
Não Circulante					(60.579)	(82.421)
Valores a receber, líquidos					10.563	264.757

- (1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$1.343.903) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$1.322.155).
- (2) *Swap* de moeda estrangeira (Euro) (R\$67.728) e (Dólar e CDI x Dólar) (R\$86.108) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 9 de novembro de 2016, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$67.770 em euro) e a receber (valor contábil de R\$61.430 em dólar).
- (3) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$36.834) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$38.112).
- (4) *Swap* TJLP x CDI (R\$717.469) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$762.285).
- (5) *Swap* IPCA x CDI (R\$236.681) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$229.125).
- (6) *Swap* IGPM x CDI (R\$162.196) – operações de *swap* contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.
- (7) Opções contratadas com o objetivo de proteger a exposição em dólar de CapEx e OpEx. Foi adotada a estrutura “morcego” de cobertura para o risco de variação cambial dos fluxos esperados sendo que os derivativos desta estrutura somente poderão ser liquidados antecipadamente se os respectivos compromissos que estão sendo *hedgeados* também forem mantendo a proteção do objeto de *hedge*.

A seguir demonstramos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 30 de setembro de 2016:

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado				Valor a receber (pagar) em 30.09.16
	Vencimento em				
Contrato de swap	2016	2017	2018	2019 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(40.119)	(92.639)	65.612	40.196	(26.950)
CDI x Moeda Estrangeira	4.231	604	78	21	4.934
TJLP x CDI	(2.497)	4.122	12.288	8.341	22.254
IPCA x CDI	(2.265)	(1.078)	(468)	21.940	18.129
IGPM x CDI	-	3.808	908	-	4.716
Opções USD x Pré	(12.520)	-	-	-	(12.520)
Total	(53.170)	(85.183)	78.418	70.498	10.563

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de setembro de 2016 foi de R\$1.788 (R\$2.836 em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016 as operações com derivativos geraram resultado negativo consolidado (líquido) de R\$315.064 (R\$1.008.343 resultado positivo consolidado (líquido) em 30 de setembro de 2015), nota 26.

a.2) Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa, assim como dados disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de setembro de 2016.

Notas Explicativas

Controladora / Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	925.996	1.160.675	1.396.759
Dívida em US\$	Dívidas (Risco varolização US\$)	(925.996)	(1.160.675)	(1.396.759)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	67.728	84.666	101.615
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(74.442)	(93.053)	(111.663)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	6.662	8.327	9.993
	Exposição Líquida	(52)	(60)	(55)
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(86.108)	(107.555)	(152.987)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(84.463)	(105.579)	(126.695)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	178.492	223.115	267.738
	Exposição Líquida	7.921	9.981	(11.944)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	254.402	251.797	279.976
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(254.413)	(252.025)	(280.229)
	Exposição Líquida	(11)	(228)	(253)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	263.409	286.512	311.375
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(263.381)	(286.771)	(311.656)
	Exposição Líquida	28	(259)	(281)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	417.740	526.436	636.927
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(416.088)	(524.344)	(634.382)
	Exposição Líquida	1.652	2.092	2.545
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	717.469	738.746	761.368
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(717.514)	(738.794)	(761.418)
	Exposição Líquida	(45)	(48)	(50)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	17.397	17.408	17.419
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(255.385)	(255.416)	(255.445)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(157.481)	(157.481)	(157.481)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(244.179)	(246.487)	(248.641)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(695.215)	(695.532)	(695.830)
Hedge US\$ (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(1.120.820)	(1.118.325)	(1.115.955)
	Exposição líquida	(2.455.683)	(2.455.833)	(2.455.933)
Exposição líquida total em cada cenário		(2.446.190)	(2.444.355)	(2.465.971)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	1.835	(19.781)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de setembro de 2016 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	3,2462	4,0578	4,8693
EUR	3,6237	4,5297	5,4356
JPY	0,0321	0,0401	0,0481
IPCA	8,68%	10,85%	13,02%
IGPM	10,66%	13,33%	15,99%
IGP-DI	9,92%	12,40%	14,88%
UMBND	0,0630	0,0787	0,0945
URTJLP	2,0025	2,5031	3,0037
CDI	14,13%	17,66%	21,20%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de hedge de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Notas Explicativas

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2016, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

		Controladora			
Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
		30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Ativos Financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	5.365.248	4.206.595	5.365.248	4.206.595
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis	8.215.291	7.000.379	8.215.291	7.000.379
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	4.608	3.017	4.608	3.017
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	59.438	78.289	59.438	78.289
Não Circulante					
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	105.547	90.863	105.547	90.863
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis	215.041	217.621	215.041	217.621
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	168.051	417.558	168.051	417.558
Total de ativos financeiros		14.133.224	12.014.322	14.133.224	12.014.322
Passivos Financeiros					
Circulante					
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado	7.128.441	7.496.947	7.128.441	7.496.947
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado	542.828	154.670	646.053	166.111
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	1.071.977	1.656.367	1.214.385	1.777.104
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	2.099.443	120.632	2.199.999	470.828
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	1.432	292	1.488	1.334
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	18.112	5.184	18.112	5.184
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	142.843	146.502	142.843	146.502
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado	1.788.899	187.176	1.606.835	180.895
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	1.501.613	2.577.090	1.436.902	2.366.597
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	404.791	377.721	404.791	377.721
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	1.396.536	3.299.010	1.289.924	2.942.969
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	36.680	124.780	34.729	98.862
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	60.579	82.421	60.579	82.421
Total de passivos financeiros		16.194.174	16.228.792	16.185.081	16.113.475

Notas Explicativas

		Consolidado				
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.16	31.12.15	30.09.16	31.12.15
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		5.794.566	5.336.845	5.794.566	5.336.845
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.576.650	8.285.319	8.576.650	8.285.319
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.608	3.017	4.608	3.017
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	59.438	78.289	59.438	78.289
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		105.560	109.864	105.560	109.864
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		316.412	330.451	316.412	330.451
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	168.051	417.558	168.051	417.558
Total de ativos financeiros			15.025.285	14.561.343	15.025.285	14.561.343
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.389.400	8.373.235	7.389.400	8.373.235
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		542.828	565.700	646.053	651.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.071.977	1.656.367	1.214.385	1.777.104
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		2.099.443	120.632	2.199.999	470.828
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.432	292	1.488	1.334
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	18.112	5.184	18.112	5.184
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	142.843	146.502	142.843	146.502
Não Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		73.631	67.742	73.631	67.742
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		1.788.899	1.499.698	1.606.835	1.192.040
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.501.613	2.577.090	1.436.902	2.366.597
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	404.791	377.721	404.791	377.721
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.396.536	3.299.010	1.289.924	2.942.969
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	36.680	124.780	34.729	98.862
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	60.579	82.421	60.579	82.421
Total de passivos financeiros			16.528.764	18.896.374	16.519.671	18.553.965

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 30 de setembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente (nota 20) e operações com derivativos (nota 33), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.09.16	31.12.15
Caixa e equivalentes de caixa	5.794.566	5.336.845
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(8.844.199)	(10.221.290)
Operações com derivativos, líquidas	10.563	264.757
Aplicações financeiras em garantia à dívida	42.806	38.805
Endividamento líquido	2.996.264	4.580.883
Patrimônio líquido	68.663.711	68.567.242
Índice de endividamento líquido	4,36%	6,68%

Notas Explicativas

d) Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2016, 14,9% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (16,5% em 31 de dezembro de 2015). A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.322.155 e R\$1.681.968 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$18.924 mil a receber e €18.702 mil a pagar em 30 de setembro de 2016 e US\$32.030 mil e €19.079 mil a pagar em 31 de dezembro de 2015) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto porcentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. No decorrer de 2015, a TJLP foi elevada para 6,5% para o período de julho a setembro de 7,0% para o período de outubro a dezembro. Em 2016, a TJLP passou a 7,5% no período de janeiro a março, e permanecerá neste patamar no período de abril a dezembro.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$5.666.067 em 30 de setembro de 2016 (R\$5.103.103 em 31 de dezembro de 2015), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

Notas Explicativas

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 30.09.16	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.389.400	-	-	73.631	7.463.031
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.614.805	1.614.442	1.423.499	252.571	4.905.317
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	404.791	404.791
Debêntures (nota 20)	2.100.875	1.356.321	76.895	-	3.534.091
Operações com derivativos (nota 33)	160.955	59.543	1.031	5	221.534
Total	11.266.035	3.030.306	1.501.425	730.998	16.528.764

Em 31.12.15	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	8.373.235	-	-	67.742	8.440.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	2.222.067	1.920.416	1.804.220	352.152	6.298.855
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	377.721	377.721
Debêntures (nota 20)	120.924	1.999.645	1.410.270	13.875	3.544.714
Operações com derivativos (nota 33)	151.686	64.692	4.157	13.572	234.107
Total	10.867.912	3.984.753	3.218.647	825.062	18.896.374

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos Socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Notas Explicativas

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte dos prestadores de serviços que são tratados como funcionários diretos bem como reivindicação de responsabilidade solidária resultantes de reclamações de horas extras e acidentes ocupacionais. Se obtivermos decisão desfavorável com relação a uma parcela significativa dessas contingências e se não tivermos reconhecido provisão para esses riscos, nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações podem ser adversamente afetados. Além disso, se as autoridades trabalhistas considerarem que a terceirização de serviços envolve atividades-fim da empresa, o vínculo empregatício poderá ser caracterizado, o que aumentaria significativamente nossos custos e, conseqüentemente, sujeitaria a Companhia a processos administrativos, além de a Companhia ser obrigada a pagar multas aos terceiros.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e sites (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de setembro de 2016, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	2.244.836	2.245.392
Um ano até cinco anos	8.017.194	8.019.825
Mais de cinco anos	5.839.391	5.839.575
Total	16.101.421	16.104.792

35) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pro forma não auditadas ("DREs") referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, relacionadas com a aquisição da GVTPart.

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	40.286.815	1.899.812	-	(52.644)	42.133.983
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.388.376)	(991.472)	(51.759)	52.644	(21.378.963)
Lucro bruto	19.898.439	908.340	(51.759)	-	20.755.020
Receitas (despesas) operacionais	(14.658.841)	(564.946)	(136.695)	-	(15.360.482)
Despesas com comercialização	(11.962.177)	(407.697)	(131.170)	-	(12.501.044)
Despesas gerais e administrativas	(2.142.459)	(154.155)	-	-	(2.296.614)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(554.205)	(3.094)	(5.525)	-	(562.824)
Lucro operacional	5.239.598	343.394	(188.454)	-	5.394.538
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(848.178)	(260.520)	-	-	(1.108.698)
Resultado de equivalência patrimonial	2.036	-	-	-	2.036
Lucro antes dos tributos	4.393.456	82.874	(188.454)	-	4.287.876
Imposto de renda e contribuição social	(973.207)	(30.492)	47.100	-	(956.599)
Lucro líquido do exercício	3.420.249	52.382	(141.354)	-	3.331.277
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					R\$ 2,10
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					R\$ 2,30

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015

	Telefônica Brasil Consolidado para o período de nove meses findos em 30.09.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	29.525.983	1.899.812		(52.644)	31.373.151
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(14.926.670)	(991.472)	(81.290)	52.644	(15.946.788)
Lucro bruto	14.599.313	908.340	(81.290)	-	15.426.363
Receitas (despesas) operacionais	(10.847.000)	(564.946)	(137.141)	-	(11.549.087)
Despesas com comercialização	(8.857.875)	(407.697)	(131.616)	-	(9.397.188)
Despesas gerais e administrativas	(1.527.555)	(154.155)	-	-	(1.681.710)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(461.570)	(3.094)	(5.525)	-	(470.189)
Lucro operacional	3.752.313	343.394	(218.431)	-	3.877.276
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(647.919)	(260.520)	-	-	(908.439)
Resultado de equivalência patrimonial	1.469	-	-	-	1.469
Lucro antes dos tributos	3.105.863	82.874	(218.431)	-	2.970.306
Imposto de renda e contribuição social	(770.163)	(30.492)	47.100	-	(753.555)
Lucro líquido do período	2.335.700	52.382	(171.331)	-	2.216.751
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					1,46
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					1,61

Notas Explicativas para as DREs

a) Base para elaboração das DREs

As informações contábeis históricas referentes à Companhia e a GVTPart. utilizadas na elaboração destas DREs foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e das informações trimestrais para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015.

Estas informações financeiras *proforma* devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais históricas das companhias envolvidas.

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2015.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras ITRs consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado da Companhia.

b) Ajustes *pro forma*

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das ITRs históricas de cada sociedade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis.

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados, refletem: (i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; (ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; (iii) amortizações da marca; (iv) amortizações da carteira de clientes; (v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e; (vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(1)	(8.367)	(8.367)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(1)	(2.148)	(2.148)
Amortização da Marca	(2)	(13.111)	(13.111)
Amortização da Carteira de Clientes	(2)	(114.905)	(114.905)
Outros	(1) / (2)	(49.923)	(79.900)
Tributos diferidos (IR / CS)	(3)	47.100	47.100
Eliminações	(4)	52.644	52.644

(1) Valores alocados como "Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas";

(2) Valores alocados como "Despesas com Comercialização";

(3) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;

(4) Valores alocados como "Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas", basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Telefônica Brasil S.A.

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no formulário de informações trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3